

ATA N.º 5

Aos vinte e oito dias do mês de abril ano de **dois mil e catorze** pelas nove horas teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho a Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, cuja convocatória, datada do dia dezanove de fevereiro de dois mil e catorze, constavam da **Ordem de Trabalhos**:

I – Período de Intervenção do Público.
II – Período de “Antes da Ordem do Dia”.
III – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:
1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal; 2- Documentos de prestação de contas referentes ao ano de 2013 3- Celebração de contrato de prestação de serviços para auditoria externa das contas do Município – Retificação; 4- Atribuição de subsídio à União de Freguesias de S. Julião e Silva e à União de Freguesias de Gandra e Taião; 5– Eleição dos Juizes Sociais.

O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Alberto Luís de Oliveira Vilas** após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar. Aos presentes deu as boas vindas, desejando um trabalho profícuo para todos.

Pela Mesa foram consideradas justificadas as faltas que chegaram ao Secretariado de Apoio e/ou foram presentes à Sessão, da Sra Deputada Elisabete Viana substituída pela Sra. Deputada Raquel Sanches; do Sr. Deputado Luís Amorim substituído pelo Sr. Deputado Luís Cruz e do Sr. Deputado José António Nogueira substituído pela Sra. Deputada Maria do Carmo Duarte, do Sr. Deputado Álvaro Gomes e do Sr. Deputado Fernando Aprício.

Pelo facto de não estar presente na Sessão a Sra. Deputada Elisabete Viana na qualidade de segunda secretária, o Sr. Presidente da Mesa solicitou a presença da Sra. Deputada Paula Natal para colaborar nos trabalhos da Mesa.

Estiveram presentes os Srs./Sras, Deputados/as; Alberto Vilas; José Veríssimo; Inês Ferreira; Aurélia Correia; António Soares Pereira; Jorge Moura Rodrigues; Paula Natal; Sebastião Alves; Cristóvão Pereira; Américo Cardoso; Avelino Marinho; Raquel Sanchez; Maria Benvinda Gonzalez; Óscar Silva; Ana Margarida Tomé; Mário Cruz; Orlando Vasco Oliveira; Maria do Carmo Duarte; Luís Cruz; Cláudia Labrujó; Jorge Gonçalves; José Miguel Abreu; Rui Ferreira; Manuel Brito; Francisco Romeu; Manuel Afonso; José Areias; Maria Fernanda Ferreira; José Manuel Roda; António Lima.

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O **Presidente da Mesa**, seguindo a ordem de trabalhos solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se verificando qualquer inscrição.

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”.

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra a palavra ao **Primeiro Secretário, José Manuel Bastião Veríssimo** que, após as saudações protocolares, dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido de 28 de fevereiro a 27 de abril de 2014. Informou de igual modo, que toda a documentação se encontrava à disposição dos Senhores Deputados no dia da Sessão, e sempre no secretariado de apoio, na Edifício do Arquivo Municipal.

Após agradecimento do **Sr. Presidente da Mesa** pela leitura efetuada e, no prosseguimento dos trabalhos, os Membros foram informados que conforme se encontra previsto no Regimento, neste período da ordem de trabalhos além do expediente também é prevista a discussão/deliberação sobre a ata da Sessão anterior.

Desta forma, informou que não estava em condições de colocar a ata à discussão, uma vez que não fora distribuída dentro do prazo naturalmente aceite, ou seja não foi disponibilizada quarenta oito horas na sua plenitude a todos os membros. De facto, o seu conteúdo estava preparado mas por questões de erro informático, o funcionário que estava a trabalhar na sua elaboração confrontou-se com incompatibilidades de sistemas operativos pelo que uma a parte substancial da mesma foi perdida.

Nesse sentido informou que, dado não existirem condições de colocar a referida ata para discussão/deliberação, ficará para a próxima Sessão.

Assim e de acordo com o Regimento, o **Sr. Presidente da Mesa** informou sobre a receção pela mesa de quatro propostas, três do Grupo Municipal do PS e uma da CDU, sendo que, já foram pedidas fotocópias de forma à distribuição dos mesmos para que seja possível o acompanhamento por quem vai ler as respetivos propostas.

Deste modo em termos de metodologia informou que a leitura será efetuada pelo primeiro subscritor e posteriormente seria aberto período de inscrição para a sua discussão.

Neste sentido o **Sr. Presidente da Mesa** realçou que pelo facto de existir um período apenas de vinte minutos, apelou que, particularmente pelos líderes dos grupos municipais fosse seguida a respetiva leitura de forma que os respetivos primeiros subscritores e oradores pudessem ler o mais rápido possível.

No que diz respeito à metodologia, ficou estabelecido que cada subscritor faria a sua leitura e posteriormente seria realizado um intervalo de dez minutos para análise das propostas e de seguida seria efetuada a respetiva discussão.

Desta forma, como o Grupo Municipal do PS foi o primeiro a fazer a sua entrega, sendo que por norma a primeira palavra de intervenção é da CDU. Porém, no presente caso, seria pela ordem de entrada das propostas na Mesa, pelo que havendo concordância de todos os Membros seria efetuada essa metodologia.

Assim, o **Sr. Presidente da Mesa** solicitou a respetiva leitura da Proposta do Grupo Municipal do PS pelo primeiro subscritor, Sr. Deputado Orlando Oliveira, conforme transcrição seguinte:

MOÇÃO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA DE VALENÇA **Evocação do 25 de Abril de 1974 e dos valores conquistados**

“Se há um dia que representa, na nossa história coletiva, a força de um povo, esse dia é o 25 de abril de 1974. Passam já 40 anos, mas a coragem de um grupo de militares e a vontade de mudança de um povo não estão ainda esquecidas. Nem poderiam estar!

Nesse dia, Portugal abriu caminho para a Democracia, já anteriormente tentada noutros períodos da nossa história, mas nunca antes verdadeiramente concretizada. Nesse dia, Portugal abriu caminho para a concretização do Serviço Nacional de Saúde.

Nesse dia, Portugal pôde começar a fazer do voto livre e universal uma afirmação de **Liberdade**. Nesse dia, Portugal pôde começar a construção de uma sociedade em que o acesso à educação pública passou a ser um dos pilares fundamentais da **Igualdade**.

Nesse dia, Portugal pôde também iniciar a construção de um ideal de Estado Social, em que todos os cidadãos vissem assegurados um conjunto de garantias de bem-estar social, em nome da **Fraternidade**. Muitas outras áreas poderiam ser referidas, mas o mais importante, à laia de resumo, é que podemos afirmar, sem qualquer sombra de dúvida, que a denominada “Revolução dos Cravos” é uma conquista de Portugal e dos Portugueses que nunca será demais assinalar e enaltecer.

Muito poderia agora ser referido sobre a forma como as políticas do atual Governo, da maioria PPD-PSD e CDS-PP, estão a colocar em causa muitas das conquistas de abril. Mas porque o momento é de celebração, deixemos esse facto de lado por ora, pois a história se encarregará de julgar os responsáveis por um retrocesso civilizacional e social sem precedentes na nossa história.

Importa, isso sim, enaltecer uma vez mais todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização do 25 de abril de 1974: militares, civis, democratas, antifascistas, todos aqueles que entenderam que era chegada a altura de dizer “basta!” a uma ditadura que corroía a dignidade, a determinação e o orgulho de Portugal e dos Portugueses.

A Assembleia Municipal de Valença destaca todos estes homens e mulheres que tornaram possível que hoje vivamos num clima de liberdade. Todas as palavras que possamos escolher poderão não ser suficientemente brilhantes para descrever a importância daquele dia, pelo que nada como usar aqui as palavras de um dos Grandes da nossa poesia, o poeta **Manuel Alegre**, com o seu poema “**Abril de Abril**”:

“Era um Abril de amigo Abril de trigo

Abril de trevo e trégua e vinho e húmus
Abril de novos ritmos novos rumos.
Era um Abril comigo Abril contigo
ainda só ardor e sem ardil
Abril sem adjetivo Abril de Abril.

Era um Abril na praça Abril de massas
era um Abril na rua Abril a rodos
Abril de sol que nasce para todos.
Abril de vinho e sonho em nossas taças
era um Abril de clava Abril em acto
em mil novecentos e setenta e quatro.

Era um Abril viril Abril tão bravo
Abril de boca a abrir-se Abril palavra
esse Abril em que Abril se libertava.

Era um Abril de clava Abril de cravo
Abril de mão na mão e sem fantasmas

esse Abril em que Abril floriu nas armas.”

Viva o 25 de abril! Viva Portugal!”

De seguida, também do Grupo Municipal do PS, deu a palavra ao Sr. Deputado Óscar Silva para que efetuasse a respetiva leitura da moção, conforme transcrição seguinte:

MOÇÃO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA DE VALENÇA
Pela defesa do SNS

“Num tempo em que predomina a miséria e a insegurança em largos setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as diferenças sociais e regionais.

A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional.

O Governo publicou uma portaria (n.º 82/2014, de 10 de abril), que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, visando o desmantelamento da rede hospitalar pública. A Portaria n.º 82/2014, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, um logro, pois nada tem a ver com a reforma hospitalar, essencial e há muito exigida por imperativos funcionais, ou mesmo com a reforma orgânica do SNS. Trata-se tão-somente do equivalente a uma espécie de carta hospitalar, mas neste caso visando um quadro minimalista de unidades hospitalares.

O SNS é um todo que deve ter coerência e não entendemos como se podem tomar medidas avulsas, pontuais, casuísticas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, negam qualquer perspectiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde.

Com esta Portaria, o governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país.

Além do encerramento de múltiplas maternidades, o Governo pretende eliminar, no imediato, especialidades médicas dos hospitais públicos (endocrinologia e estomatologia), encerrar o Instituto Oftalmológico Gama Pinto, em Lisboa, e ainda eliminar os serviços de cirurgia cardiotorácica no Hospital de Gaia e do Hospital de Santa Cruz, ao mesmo tempo que mantém vultuosos contratos com entidades privadas nesta área.

Com esta Portaria, grande parte das maternidades do nosso país vão ser encerradas. Os hospitais do chamado Grupo I só irão dispor de ginecologia e a obstetrícia só existirá nos hospitais do chamado Grupo II. Assim, irão desaparecer até 31/12/2015 as maternidades nos seguintes estabelecimentos hospitalares: Unidade Local de Saúde Norte Alentejo (Portalegre), Unidade Local de Saúde Baixo Alentejo (Beja), Unidade Local de Saúde Litoral Alentejano (Santiago do Cacém), Centro Hospitalar Cova da Beira (Covilhã e Fundão), Centro Hospitalar de Leiria, Centro Hospitalar do Baixo Vouga (Aveiro, Águeda e Estarreja), Hospital da Figueira da Foz, Unidade Local de Saúde da Guarda, Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, Centro Hospitalar de Setúbal, Centro Hospitalar do Oeste (Torres Vedras/Caldas

da Rainha), Centro Hospitalar do Médio Tejo (Abrantes, Torres Novas e Tomar), Hospital de Santarém, Hospital Fernando da Fonseca (Amadora/Sintra), Centro Hospitalar do Alto Ave (Guimarães e Fafe), Centro Hospitalar do Médio Ave (Famalicão e Santo Tirso), Centro Hospitalar entre Douro e Vouga (Feira, Oliveira de Azeméis e S. João da Madeira), Centro Hospitalar Póvoa do Varzim/Vila do Conde, Centro Hospitalar Tâmega e Sousa (Paredes e Penafiel), Hospital Santa Maria Maior (Barcelos), Unidade Local de Saúde de Matosinhos, Unidade Local de Saúde do Alto Minho (Viana do Castelo) e Unidade Local de Saúde do Nordeste (Bragança, Mirandela e Macedo de Cavaleiros).

A declaração emitida recentemente pelo Ministério da Saúde em que garantia que não iria encerrar qualquer maternidade assume uma enorme gravidade porque assenta na mais despidorada mentira. O conteúdo da portaria é muito claro sobre esta e outras matérias.

A Portaria é clara e, como tal, é fácil constatar que vastas regiões do nosso país irão ficar sem qualquer maternidade, como é o caso de Viana do Castelo, e que as parturientes terão de se deslocar centenas de quilómetros. É um atentado à vida e à segurança de muitos recém-nascidos e respetivas mães. As parturientes do distrito de Viana do Castelo ter-se-ão, deste modo, que deslocar a Braga ou Porto.

No caso do distrito de Viana do Castelo, a Unidade Local de Saúde do Alto Minho presta cuidados de saúde a uma população de 250 mil habitantes distribuídos por 10 concelhos, entre os que se encontra Valença, pelo que o nosso concelho também será afectado por este encerramento de várias especialidades médicas na ULSAM, entre as quais se inclui o único serviço de obstetrícia/maternidade e de neonatologia do nosso distrito.

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Valença, reunida em sessão ordinária a 28 de Abril de 2014, delibera:

1 – Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas camufladas de o querer dismantlar.

2 – Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade.

3 – Exigir a imediata revogação da Portaria n.º 82/2014, de 10 de abril.

4 – Exigir que se pare, de imediato e definitivamente, a ação de destruição social encetada pelo Governo.

5 – Afirmar a necessidade de se efetuar uma verdadeira reforma hospitalar de uma forma racional, participada e transparente, sobretudo, no que respeita à gestão, à melhoria na qualidade assistencial e à organização dos cuidados, mantendo uma lógica de cobertura em redes de referênciação, e não apenas o encerramento de camas e serviços.

6 – Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.

7 – Manifestar a sua total confiança e agradecimento a todos quantos, com o seu esforço, têm conseguido manter níveis de atendimento com qualidade e segurança, vencendo as dificuldades impostas pelos cortes salariais, ultrapassando com ânimo e criatividade os cortes orçamentais e ajudando a vencer o desalento e o cansaço dos utentes que resulta das maiores dificuldades de acesso ao SNS em virtude de uma política nacional de transportes que dificulta e diminui o acesso aos serviços.

8 - Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal.

Mais decide enviar esta Moção:

A Sua Excelência o Presidente da República

A Sua Excelência o Primeiro-ministro.

A Sua Excelência o Ministro da Saúde.

A Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde.

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

À Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. “

Na continuação, pelo Grupo Municipal do PS, deu a palavra ao Sr. Deputado Luís Cruz para que efetuasse a respetiva leitura do voto de louvor, conforme transcrição seguinte:

VOTO DE LOUVOR DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA DE VALENÇA

Voto de Louvor ao Valença Hóquei Clube

“ Muitas foram as grandes tardes e noites desportivas que o hóquei proporcionou a Valença e aos Valencianos e que levaram a que esta modalidade fosse uma das mais acarinhadas no nosso concelho. Foi assim durante muitos anos até que sucedeu um interregno que durou cerca de uma década.

Dez anos depois e com o esforço e dedicação de vários valencianos ligados à modalidade, tornou-se possível fazer renascer das cinzas o hóquei em Valença com o ressurgimento do Valença Hóquei Clube.

Na época do seu regresso à competição, em 2013/2014, o Valença Hóquei Clube tem realizado uma temporada a todos os níveis notável, tendo garantido brilhantemente a subida à 2ª Divisão Nacional do hóquei português e estando neste momento na luta pelo título de campeão nacional da 3ª Divisão da modalidade.

Além disso, o Valença Hóquei Clube escreveu no passado dia 23 de Abril uma das mais brilhantes páginas da sua história e do hóquei valenciano, ao dar luta ao actual campeão nacional F.C. Porto nos oitavos-de-final da Taça de Portugal de Hóquei em Patins, em que apenas foi derrotado por 5-4 e após prolongamento e golo de ouro. Este feito foi destacado por toda a comunicação social desportiva e generalista nacional, dando destaque merecido à abnegação e à capacidade de superação do Valença Hóquei Clube que fez tremer e suar muito uma das melhores equipas nacionais e europeias desta modalidade.

É por isso justo reconhecer os fantásticos resultados alcançados pela equipa sénior do Valença Hóquei Clube nesta época de regresso à competição, mas é também de realçar a aposta do clube nas camadas jovens, especialmente nas “escolinhas”, permitindo a prática desportiva a muitas crianças valencianas.

Pela referência que se está a tornar no Associativismo e Deporto em Valença; por ser hoje um embaixador de Valença por todo o país com magníficos resultados alcançados; pela entrega, dedicação, união, espírito de equipa, humildade e pela capacidade e qualidade do trabalho desenvolvido por toda a direcção, equipa técnica, jogadores e colaboradores do clube, o Grupo Municipal do Partido Socialista de Valença apresenta este voto de louvor ao Valença Hóquei Clube, como uma instituição que representa e bem o que Valença tem de melhor! “

No seguimento, pela CDU, deu a palavra à Sra. Deputada Cláudia Labrujó para que efetuasse a respetiva leitura da proposta, conforme transcrição seguinte:

PROPOSTA

Criação de parque destinado a Caravanistas.

“ A CDU_PCP de Valença vêm pela presente e face ao crescente aumento de turismo em caravanas, apresentar perante esta Assembleia a proposta de criação de um local destinado a caravanistas que possua água potável e local próprio para efetuarem descarga de detrito sanitários e outros.

Sugerimos que o mesmo, por exemplo, seja instalado no recinto da Antiga Feira Semanal, proporcionando assim o reaproveitamento do mesmo para fins turísticos, sendo um local central e de rápido acesso à zona muralhada, proporcionando aos turistas uma boa localização para visita à Zona Histórica e de Comércio de Valença. Sabendo que neste local já existem casas de banho.

Para tal basta fazer uma pequena intervenção dos espaços limítrofes do dito campo, colocando arbustos para uma maior privacidade dos que ali parem e a intervenção no piso tornando-o mais regular, sem que para tal sejam retiradas as árvores que ali se encontram, tentando preservar sempre e o máximo possível o já existente.

Em termos de divulgação a criação do dito parque passaria a constar nos Roteiros Turísticos da Região e outros meios de divulgação quer local quer regional.”

O **Sr. Presidente da Mesa** informou que após as referidas leituras das Moções, Voto de Louvor e Proposta, de acordo com o combinado, seria efetuado um intervalo para a respetiva reflexão.

Findo o referido intervalo, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que o Regimento prevê que cada Grupo Municipal possa indicar um elemento para intervir em cada uma das Moções.

O **Sr. Presidente da Mesa** salientou, caso seja o mesmo orador a discutir as várias moções, seria por uma questão temporal importante discutir de forma seguidas as mesmas, sendo que a votação seria realizada em separado.

Nesse sentido, seriam feitas as inscrições para todas as Moções e depois cada um dos Srs. Deputados faria inscrição para discussão das moções individualmente. Ainda foi salientado que, se no mesmo Grupo Municipal, existir dois deputados inscritos para duas moções diferentes, essa situação é possível, não pode é haver dois deputados para a discussão da mesma Moção.

Para discussão do presente ponto, inscreveram-se os Srs (as) Deputados (as): Inês Ferreira; Alberto Vilas, Óscar Silva e Cláudia Labrujó.

A **Sra Deputada Cláudia Labrujó** após ter apresentado as respetivas saudações protocolares disse que, relativamente à proposta apresentada pela CDU considerou que o que tinha para dizer já o tinha feito aquando da respetiva leitura, pelo que não via necessidade de acrescentar mais informações.

Quanto às propostas do Grupo Municipal do PS, a CDU iria votar favoravelmente porque entendeu que são questões pertinentes para o Município.

O **Sr. Deputado Óscar Silva**, após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, referiu que, relativamente às Moções que o Grupo Municipal do PS apresentou também não pretende fazer grandes acrescentos, pois o importante já tinha sido apresentado, sendo que,

pretendia apenas fazer referencia a Moção da CDU. O PS concordou e considerou uma proposta muito pertinente, sendo que, o que têm de maior reserva, é a escolha do local, pois consideram que deveria haver maior reflexão sobre o respetivo local.

Não obstante concordam e o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a referida proposta.

A Sra. Deputada Inês Ferreira, após ter apresentado as respetivas saudações protocolares informou de que a sua intervenção seria relativa à construção de um parque para caravanistas, havendo também apoio do Grupo Municipal do PSD e com respetivo voto favorável. Também quis informar que a Câmara Municipal já está com essa preocupação, inclusive, está a tratar de instalar esse parque não no local proposto mas num outro que será: o lado exterior do centro de transportes.

Informou também que se encontra inclusive prevista uma concentração de caravanas durante o mês de maio. Desta forma a Sra. Deputada salientou que o tema é pertinente, que existe preocupação da Câmara Municipal de Valença, pelo que o voto será favorável.

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra a si próprio na qualidade de Deputado Municipal.

Desta forma, o Sr. Deputado Municipal Alberto Vilas disse que, a sua intervenção tinha a ver com o voto de louvor para o Valença Hoquei Clube. Também disse que era com muito gosto que fazia a presente intervenção, pois era um dos fundadores daquele clube. O seu surgimento foi numa altura que não havia o pavilhão polidesportivo em Valença, sendo que, os jovens desse tempo faziam patinagem na estrada, nos arruamentos exteriores da área escolar. Foram realizados torneios, criou-se o clube com diversas atividades. Disse ainda que, era sabido que todas as Câmaras Municipais ao longo do tempo tinham dado apoio, de acordo com as realidades de cada período, pelo que, o Grupo Municipal do PSD iria subscrever com muito gosto esse voto de louvor a essa instituição. De igual modo o Grupo Municipal Unidos pelas Freguesias também fez saber que iria subscrever o referido voto de louvor, pois consideram que o referido Clube bem tem representado o concelho de Valença

Após as referidas intervenções, e já na qualidade de Presidente da Mesa, foi salientado pelo próprio que terminadas as intervenções, existiam condições de se proceder à votação no seu contexto individual e de acordo com a ordem de leitura efetuada.

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a Moção do Grupo Municipal do PS de Valença: **Evocação do 25 de Abril de 1974 e dos valores conquistados** que, num universo de 30 votantes, foi verificado o resultado seguinte: **Votos Contra: 0 (zero) - Abstenção: 20 (vinte); Votos a Favor: 10 (dez)**, pelo que foi essa Moção **aprovada por maioria**.

Na continuação, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a Moção do Grupo Municipal do PS de Valença: **Pela defesa do SNS** que, num universo de 30 votantes, foi verificado o resultado seguinte: **Votos Contra: 0 (zero) - Abstenção: 0 (zero); Votos a Favor: 30 (trinta)**, pelo que foi essa Moção **aprovada por unanimidade**.

No seguimento, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação o **Voto de Louvor ao Valença Hoquei Clube** do Grupo Municipal do PS que, num universo de 30 votantes, foi verificado o resultado seguinte: **Votos Contra: 0 (zero) - Abstenção: 0 (zero); Votos a Favor: 30 (trinta)**, pelo que foi esse voto de Louvor **aprovado por unanimidade**.

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação a Proposta da CDU : **Criação de parque destinado a Caravanistas** que, num universo de 30 votantes, foi verificado o resultado seguinte: **Votos Contra: 0 (zero) – Abstenção: 0 (zero); Votos a Favor: 30 (trinta)**, pelo que foi essa Proposta **aprovada por Unanimidade**.

No seguimento da Sessão, o **Sr. Presidente da Mesa** passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

INTERVENÇÕES POLÍTICAS E INTERPELAÇÕES AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

No prosseguimento da Sessão, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que o Sr. Deputado Municipal e Líder do Grupo Municipal do PS José António Nogueira quando fez chegar a sua justificação de falta informou também que, dado o Vice do Grupo Municipal do PS - Sr. Deputado Luís Amorim estar ausente na Sessão, indicou o Sr. Deputado Óscar Silva como líder temporário do Grupo Municipal do PS, sendo que, o Sr. Deputado Óscar Silva também terá as funções de líder desse Grupo e como tal, a qualquer momento poderá usar das prerrogativas que o Regimento lhe permite.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa solicitou inscrições para as intervenções políticas e as interpelações orais ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença verificando-se as seguintes:

Sr. Deputado Rui Ferreira, que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares informou que se encontra na presente Sessão com espírito de apoiar o que está bem, mas também criticar o que está errado.

Salientou ainda que se está no início de um ciclo e por esse motivo considerou muito importante que as suas palavras sejam levadas em consideração, sendo que as mesmas serão inicialmente para fazer referência ao que está mal. Dessa forma, referiu que política advém de *Polis* e significa governar a cidade. Nessa tarefa de governar a cidade pode ser mais do mesmo ou que seja marcada a diferença, sendo esta última o que o pretende fazer em Fontoura como Presidente de Junta. De igual modo, também considerou que o atual executivo camarário tem tudo para marcar a diferença.

Em Fontoura está a ser realizado um trabalho estruturante, tendo como objetivo colocar Fontoura no lugar que merece estar, e as pessoas não devem esquecer que Fontoura chegou a ser uma das freguesias mais industrializadas do Distrito de Viana do Castelo. Ainda disse que, Fontoura é Valença e porque a *Polis* do Senhor Presidente da Câmara Municipal é Valença ou seja, inclui Fontoura e as restantes freguesias.

Como representante máximo da freguesia de Fontoura, considera que muitas vezes existe alguma desagradabilidade com Fontoura por parte do Senhor Presidente, particularmente quando se referiu a Fontoura como freguesia «menina bonita».

Assim, o Sr. Deputado manifestou o total desacordo da freguesia de Fontoura, com base no seguinte ponto: a obra realizada e a forma como os trabalhos foram executados na rua do Outeiro.

Fontoura não merecia isso. Uma obra que estava prometida há muito tempo, sendo que, naturalmente é do total desagrado dos Fontourenses e, nesse sentido, questionou onde se encontrava Fontoura como Freguesia «menina bonita» do concelho, dada a referida situação.

A **Sra. Deputada Cláudia Labrujó**, informou que a CDU tinha constatado que nos últimos anos tem havido um menor abandono de lixo em locais que não destinados a esse fim, assim como o despejo de obras, sendo que, esse resultado com certeza advirá de uma maior fiscalização da Câmara Municipal. Porém, também salientou a necessidade de haver maior fiscalização especialmente junto das margens do Rio, sendo conhecimento da CDU que em alguns lugares estão a ser feitos alguns despejos de obras e até abandono de eletrodomésticos pelo que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença que providenciasse uma fiscalização ao longo do percurso nas zonas junto ao rio, existindo o risco que todo o trabalho desenvolvido ao longo destes últimos anos esteja a ter um retrocesso. Relativamente ao assunto dos esgotos «céu aberto», junto à ponte centenária, quanto tempo será necessário para que a situação seja definitivamente resolvida, uma vez que continua a haver descargas provocando mau cheiros, continuando a persistir o problema de mau cheiro que ali se encontra.

Ainda relativamente à matéria sobre o saneamento na zona do início da estrada do emparcelamento – direção cais norte, existe uma linha de água que vem da Urgeira e que passa por baixo da estrada do emparcelamento e junto dessa linha de água o cheiro é nauseabundo.

Questionou o Senhor Presidente da Câmara se tinha conhecimento dessa situação e, caso a tenha, gostaria de saber o que se passa e quais são as medidas pensadas para a resolução de tal situação. Por sua vez, referiu ainda que na mencionada zona, existe um caminho que é da pertença da Câmara Municipal de Valença, sendo que tem havido várias queixas sobre a questão do mau cheiro, pois não apresenta condições para o fim que está proposto. Nesse sentido, também questionou se já tinha sido questionada a hipótese de criar um canil com condições para tal, numa zona isolada das populações mas inserida no meio natural.

O **Sr. Deputado Óscar Silva**, iniciou a sua intervenção para fazer referência às comemorações do 25 de Abril, com o concerto de homenagem ao Zeca Afonso. Em primeiro lugar felicitou o executivo por finalmente ter decidido realizar essa iniciativa no Concelho de Valença e em Portugal porque, entende o conceito de Eurocidade mas, existem datas que são muito portuguesas e, essa é uma delas. Foi devido ao esforço de muitos portugueses que se construiu Abril e muitos familiares nossos sofreram com a ditadura: repressão. Nesse sentido considerou que a referida comemoração deverá ser efetuada como regra e não como exceção e, nesse sentido, mais uma vez felicitou o Executivo, com expectativa que a referida celebração continue a ser realizada.

Em segundo lugar, questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença, sobre o facto dessas comemorações terem ocorrido no dia 24 de Abril e não no dia 25 pois, analisando vários concelhos, Valença foi o único concelho que celebrou no dia 24. Por sua vez, também questionou sobre o critério para a entrega dos convites que ocorreu antes da realização do referido concerto, porque não existiu uma uniformidade na entrega dos convites, pois algumas pessoas receberam convites a mais e outras não chegaram a receber.

O Sr. Deputado também indicou a questão da estratégia de comunicação que se relaciona com a divulgação dos últimos eventos, no Município de Valença.

Nesse sentido referiu “os sabores da aldeia” e o concerto de homenagem ao Zeca Afonso, sendo que os presentes nesses eventos tiveram a oportunidade de atestar a falta de público existente, não chegando a atingir as expectativas existentes de todos os intervenientes, sendo que relativamente ao concerto, com exceção dos autarcas e os representantes de algumas entidades, o público existente era muito insuficiente.

No que diz respeito “aos sabores da aldeia» o Sr. Deputado referiu que tinha ficado surpreendido pois tinha verificado mais pessoas nos restaurantes da envolvente do que propriamente no espaço representado pelas respetivas coletividades. Por sua vez, também salientou que havia pratos que não eram tradicionais portugueses. Assim, gostaria de saber a opinião do Senhor

Presidente da Câmara Municipal, sobre o que realmente se tinha passado de acordo com a mencionada descrição.

O Sr. Deputado Sebastião Alves, após ter apresentado os respetivos cumprimentos protocolares, sobre os quarenta anos de Abril procedeu à leitura de um texto da sua autoria, conforme transcrição seguinte:

Os quarenta anos de abril

*“Numa conjuntura deveras difícil, **para todo o povo português de então**, que alimentava uma guerra de guerrilhas, em várias frentes e sob um poder ditatorial relutante em dar a autonomia aos povos que apenas lutavam, **também**, pela sua própria liberdade, iniciou-se um processo que veio a culminar com a implantação de um regime democrático, em 25 de abril de 1974, consolidado com a entrada em vigor da nova Constituição da República a 25 de abril de 1976.*

Instalou-se, entretanto, no bom povo português a esperança e não raras vezes a utopia, de que tudo seria então um mar de rosas o que, à medida que o tempo se foi passando, se veio a verificar que assim não era, a megera realidade.

*A maratona diária de discursos inflamados com utópicas promessas de mais, e mais direitos e menos deveres, sem o mínimo sentido de responsabilidade, ao longo destes **quarenta anos**, acabou por nos conduzir, irremediavelmente, à situação atual.*

*O regresso abrupto dos cidadãos portugueses, das **ex-Províncias Ultramarinas Portuguesas**, feito em condições de uma adversidade extrema, motivada por uma descolonização apressada, ignóbil e mesmo criminosa, coordenada por negociantes, vindos de paraísos estrangeiros, cujos interesses eram sobejamente conhecidos, que não foram capazes, de acautelar os inalienáveis direitos **de todos esses cidadãos portugueses, de fato e de direito**, porque nas suas iluminadas mentes, o que de facto os preocupava não era a defesa desses cidadãos, mas sim e tão somente, fugirem de toda e qualquer responsabilidade, que os pudesse conotar com o nefasto regime anterior que, entretanto, **os tinha amamentado**, agravou, ainda mais, as coisas, já de si difíceis, **para todo um povo, como se veio a constatar**, que do 25 de abril esperava mais, e melhor.*

*Entretanto, muito cedo se veio a demonstrar, **inequivocamente**, que apesar das inúmeras dificuldades que se lhes apresentaram, **que aquela era uma gente habituada ao trabalho e a não se deixar vencer pelas contrariedades** e, por isso, a sua reintegração, em meios onde se sentiam completamente desenraizados ou mesmo nos próprios meios de onde há muitos anos tinham saído, na esperança, **como qualquer outro emigrante de então, de uma vida melhor**, a sua integração, dizia, foi muito mais rápida que a maioria dos próprios políticos, da época, alguma vez o poderiam ter imaginado.*

*Esta realidade atroz e impensável, para milhares de portugueses, como aliás o demonstraram as descolonizações, de outros países, obviamente com dirigentes melhor preparados e mais leais, afetou, irremediavelmente, muitos portugueses e muitos foram, e são ainda, aqueles **que do 25 de Abril apenas tem a imagem, dos ignóbeis roubos de que foram vítimas e, por esse motivo, da mudança radical, forçada, de todas as suas vidas**.*

*Sem que para tal tenham minimamente contribuído, a sua revolta foi e é tanto maior, como o facto de se terem limitado, tão só, **ao contrário dos nossos emigrantes em outros países**, a viver sob o jugo daqueles que nos seus lautos poleiros da **então denominada Metrópole** tudo decidiam, **inclusive, o seu próprio cativoiro, em termos económicos, e não só**, pois nem as férias, a que eventualmente tinham direito, podiam gozar fora daquele limite, porque para tal não lhes era permitido cambiar a moeda que os regia, **nessas províncias ultramarinas**, e que nem na mesma famigerada Metrópole e, muito menos fora dela, tinha qualquer valor acabando, **nesse processo abjeto, que foi a “exemplar descolonização à portuguesa”, por serem espoliados do resto absolutamente de tudo**.*

*Passado, entretanto, este período difícil da vida do país, e em especial a desses “**emigrantes portugueses ultramarinos**”, as coisas começaram paulatinamente a melhorar tendo até, nas décadas de 80 e 90, havido algum desenvolvimento e, conseqüentemente, uma significativa melhoria das condições de vida de todos os portugueses.*

Com a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia, consumada em 1 de janeiro de 1986, o país recebeu elevados fundos destinados ao seu desenvolvimento e ao estímulo da sua economia. Infelizmente e, mais uma vez, como em muitas outras situações, grande parte desses fundos foram desastrosamente geridos e daí a sua utilização pouco proveitosa e até, em muitos casos, criminosa, por alguns sectores relevantes da nossa atividade política e económica, o que terá impedido um maior e mais sólido crescimento e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento do país nos anos seguintes à adesão.

Já a partir do início do novo século, coincidente com a adesão recente de Portugal à Moeda Única Europeia, houve uma degradação progressiva da situação, fruto de uma cada vez mais negligente gestão dos dinheiros públicos e comunitários e mesmo de políticas erradas de alguns governos, o que fez com que o povo português, se veja hoje confrontado com a deterioração dos seus rendimentos, situação agravada, entre outras, com o aumento constante do desemprego e da precariedade no trabalho, com a fatura mais alta a ser paga pelos trabalhadores mais jovens muitos à procura do primeiro emprego.

Com as novas tecnologias a atingirem o seu apogeu, já no final das últimas décadas do século passado, as oportunidades de trabalho foram sendo cada vez mais reduzidas já que as máquinas, com o auxílio das novas tecnologias e essencialmente, da robótica, vieram substituir, com elevadas vantagens económicas, a mão-de-obra humana.

*Em resumo, a vivência no nosso país, **nos últimos 40 anos**, caracterizou-se, por significativas melhorias, na vida quotidiana dos portugueses, nas suas mais legítimas aspirações, concretizadas, sobretudo, na educação, na saúde e na sua formação, esta de um modo geral por vezes insipiente já que, especialmente, a formação técnica, do antes de abril, tinha sido entretanto abolida como se de uma qualquer praga se tratasse.*

*Assim, o essencial das melhorias visíveis em Portugal foi, apesar de tudo, obtido pela vivência e participação democrática do povo, com a sua capacidade de decidir, em eleições livres, o seu próprio destino, acreditando nos diferentes órgãos do poder, que entretanto foi elegendo, já que a sua propalada liberdade, principalmente a sua liberdade de opinião, continua a ser, infelizmente, pouco mais que isso **porque a liberdade sem pão não chega**.*

***Havia então o receio da guerra e o terror da polícia política**, é um facto que ninguém daquela época o nega mas, também é uma verdade avassaladora, por muito que nos queram fazer acreditar no contrário, que a maioria, dos “democratas de topo” do 26 de abril saíram, ufanamente e livres de quaisquer moléstias, **das hostes e da mamadeira do 24 de abril**.*

É por tudo isto legítimo questionar, afinal o que temos hoje?

A Justiça lado-a-lado com os pedófilos, os terroristas, os compadrios políticos a ameaça constante de novos e mais impostos? De novos e mais sacrifícios!

A Justiça para gáudios de advogados de luxo em que não se distingue a liberdade da libertinagem? Temos realmente a garantia de uma justiça que nos defenda, ou de uma forma camuflada a maneira de evitar que se faça justiça?

*Continuamos a apoiar o diálogo e a tolerância para com os criminosos, mas juntamos no mesmo saco a exigência de mais e mais, **deveres ilimitados** aos cidadãos pacíficos e honestos!*

Continuamos a amnistiar os corruptos e a permitir que os processos que lhes são movidos prescrevam mas, paralelamente, a suspeitar permanentemente dos cidadãos cumpridores!

Será este o nosso futuro? Será este o país que estamos condenados a ter?

O que aconteceu a Portugal? Que valores temos nós hoje?

Aliás, e apenas como exemplo, que eleições temos nós hoje?

Quantos portugueses saberão quem é o 7º candidato do partido em quem vão votar nas próximas eleições europeias?

Onde está a Europa que nos prometeram? A Europa das mil oportunidades e da solidariedade acima de tudo?

De que nos vale, realmente, termos boas e belas infraestruturas, principalmente boas estradas, se não temos os meios que nos permitam disfrutá-las?

De que me serve um aumento mensal de 3 euros na minha mísera pensão?

Por onde anda a igualdade que todos os nossos políticos, de topo, apregoam?

Por onde anda a fraternidade universal com que todos esses políticos enchem a boca?

Porque é que as disparidades sociais nunca foram tão gritantes como o são hoje? O que está errado afinal? Que Abril, que Liberdade, comemoramos hoje?

Será crime, queremos de volta mais dignidade, mais respeito pela vida humana, mais liberdade com um mínimo de paz e pão?

Será crime, queremos, de volta, a Lei e a Ordem?

Será crime, queremos, de volta, mais liberdade com segurança?

Será crime, queremos políticas de rigor, de honestidade, de desenvolvimento, em vez de constantes e insultuosas hipocrisias consubstanciadas nas promessas fantasiosas e irrealistas, anunciadas quase diariamente, na comunicação social, pelo líder do maior partido da oposição?

De que servirá ao nosso país estar hoje a tentar por em ordem as suas constas públicas se o responsável do maior partido da oposição, a quem se deve, em grande parte, o descabro dessas mesmas contas públicas, se arroga o direito de vir a por tudo, de novo, de pernas-para-o-ar? Dispondo-se, inclusive, como os seus antecessores, a prometer dar de novo aquilo que realmente não tem nem nunca, infelizmente para nós, o terá!

Será crime, queremos, de novo, a retidão de carácter, a cara limpa, os olhos nos olhos?

*Será crime, queremos, de novo, **a honestidade como motivo de orgulho para todos os portugueses?***

Será crime, queremos, de novo, a esperança e a alegria de viver em Portugal?

*Será crime, desejarmos que se acabe **com a prática do “Ter”, a qualquer custo, em detrimento duma vida realmente livre e digna, a vida do “Ser”, com base numa Sociedade mais justa, mais humana, mais fraterna e mais solidária?***

*Sem ser de direita ou esquerda
A minha vida ainda conserva
Um pouco de dignidade;
E se algo de abril ganhei
Do muito que algures deixei
Apenas resta a saudade.*

*Se pra ser livre for preciso
Desistir do Paraíso
Em que me prometem meter;
Um homem livre, eu serei
E sempre renegarei
Outras formas de viver.*

Viva a liberdade. Viva Portugal livre “

O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu as intervenções, após a cedência de tempo ao orador antecedente, dado pela Sra. Deputada Paula Natal e pelo Sr. Deputado Jorge Moura.

A **Sra. Deputada** Inês Ferreira, pretendeu apresentar uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, que foi a seguinte: pelas notícias dadas, a Eurocidade Valença – Tuy apresentou oferta turística na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa e também na FITUR – Feira Internacional de Turismo de Madrid. Nesse sentido, solicitou informação para além das referidas iniciativas, se têm sido feitas outras junto dos meios de comunicação social, nomeadamente no sentido de divulgar de forma mais consistente a cidade de Valença. Por sua vez e, de acordo com determinadas mensagens passadas na Sessão, pretendeu realçar o seguinte: quanto às comemorações do 25 de Abril, não foi uma exceção deste ano ser em Valença. A exceção foi a do ano passado ter sido em Tuy. A Sra Deputada ainda referiu que já participou em muitas comemorações do 25 de Abril. Inicialmente era feito no salão Nobre da Câmara Municipal de Valença. Havia uma convocatória para realizar uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal e que os autarcas com uma reduzida participação do público e apenas com a presença de um coro, procediam à colocação de uma coroa de flores na Av. 25 de Abril e terminava o momento com esse último ato.

No entanto e já com o executivo liderado pelo Dr. Jorge Mendes, assistiu a um espetáculo pelo mesmo grupo, no mesmo espaço e no dia 24 de Abril e, como tal, a exceção não foi a forma como tudo foi realizado este ano. A Sra. Deputada ainda referiu que, quanto aos “sabores da aldeia”, expressava os seus agradecimentos ao Município, liderado pelo Dr. Jorge Mendes e restante equipa que possibilitam a visibilidade dada às associações. A respeito desta matéria não poderá deixar de referir, que sempre fez parte do movimento associativo em Valença e houve épocas em que as associações eram discriminadas, boicotadas nas suas atividades, nomeadamente atividades de âmbito internacional, como por exemplo: o encontro internacional de coros do baixo Minho liderado na altura pela direção coral polifónica de S. Teotónio que era Presidente, não podendo por isso esquecer do boicote que essa associação sempre foi alvo. Como tal, bem hajam e continuem a dar visibilidade que têm dado a todas as associações independentemente de qualquer outro critério que não seja o critério associativo liderado por gente que graciosamente continua a dar o melhor do seu tempo e da sua ação.

Após referida intervenção, o Sr. Deputado Óscar Silva fez um pedido de esclarecimento e o Sr. Presidente da Mesa após lhe ter dado palavra e na posse da mesma referiu que, relativamente à intervenção da Sra. Deputada Inês Ferreira considera que foi mal interpretado o que tinha dito, porque não tinha colocado em causa a questão das coletividades de estarem representadas nos eventos, pelo contrário, considerava de facto importante que seja dada visibilidade às Associações do nosso concelho e a sua intervenção tinha sido nesse sentido. Desta forma salientou que o que tinha dito e considerava uma falha, era a má divulgação de um evento que parte do princípio que tem como principal objetivo será de projetar Valença além fronteira. Nesse sentido reforçou que ninguém fará divulgação de um evento no Jornal de Notícias se não é com esse objetivo. Quanto à presença das associações salientou a importância de serem valorizadas as pessoas que são os rostos das mesmas e que trabalham incansavelmente para dar visibilidade a Valença.

Desta forma o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à **Sra. Deputada Inês Ferreira** que disse, não considerar que houvesse qualquer tipo de esclarecimento nas palavras do Sr. Deputado Óscar Silva, sendo que, caberá ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença fazer referencia relativamente à presença das pessoas nesse evento em comparação com a divulgação efetuada. A Sra. Deputada ainda referiu que não tinha estado presente no referido evento, mas tinha sido testemunha de eventos anteriores, da presença quantitativa de pessoas nos mesmos. De qualquer forma considerou que, pelo facto de não ter havido nenhum pedido de esclarecimento

efetuado, considera que não tem que esclarecer nada, porque não existiu qualquer pergunta realizada.

No prosseguimento dos trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença para responder às questões colocadas.

Nesse sentido, o **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença** após ter apresentado as respetivas saudações protocolares disse que, iniciaria a sua intervenção exatamente pela fase final das intervenções dos Srs. Deputados. Desta forma informou que a divulgação efetuada estará de acordo com a disponibilidade financeira do Município e de acordo com aquilo que é considerado adequado para promover o evento em causa, sendo que, relativamente à intervenção do Sr. Deputado Óscar Silva que tinha dito que estavam muitas pessoas no ambiente circundante, especificamente nos restaurantes, o Senhor Presidente da Câmara salientou que, no caso de sábado à noite como o próprio tinha verificado, havia muitas pessoas. Além disso, referiu que falando com as coletividades que estiveram presentes no evento mostraram a sua satisfação e, nesse sentido, salientou que para as dezasseis coletividades presentes, o negócio tinha sido muito interessante.

Quanto à divulgação no Jornal de Notícias, a divulgação é efetuada na página dos classificados, sendo que, a Câmara Municipal de Valença é uma das poucas Câmaras que descobriu que a página dos classificados é a mais económica do JN, mas é a mais visualizada, existindo a mesma divulgação para os «sabores da aldeia» e para os «sabores da lampreia», sendo reconhecido por todos, relativamente a este último evento, que foi mesmo batido um recorde de confeção de lampreia, sendo que poder ser considerado que o evento da lampreia está consolidado e os «sabores da aldeia» estará no mesmo caminho.

Nesse sentido, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou que estando as coletividades disponíveis, haverá mais iniciativas «sabores da aldeia» podendo haver algumas pequenas mudanças nos eventos posteriores, resultado da avaliação que as mesmas deverão fazer, apurando para o efeito um ou outro prato. Não obstante, salientou que o balanço já foi realizado e que as freguesias mais ribeirinhas, eventualmente seria interessante estudarem a criação de novos pratos de peixe. Quanto ao local, referiu que o mesmo foi adequado, como a carpa existente e respetiva dimensão, sendo que, de forma natural, em eventos com a referida tipologia existe sempre «confusão», proporcionada pelos períodos de maior afluência de público, sendo que a mesma acaba por ser uma parte integrante deste tipo de evento.

Quanto a outras intervenções, particularmente do 25 de Abril, o Senhor Presidente da Câmara realçou que foram iniciadas as comemorações no dia 24 mas terminaram no dia 25 de Abril, quer no presente ano como também em anos anteriores. O Senhor Presidente da Câmara reforçou ainda o facto da Revolução de Abril ter sido iniciada no dia 24 com a saída de militares dos quartéis. Desta forma, foi pretendido honrar a memória dos que muito contribuíram nesse dia, independentemente de saberem os resultados das suas ações. O Senhor Presidente da Câmara também disse que este concerto já tinha sido realizado em Tuy e assim acontecerá quando for considerado que seja necessário. Salientou que, sempre que foi realizado em Tuy o teatro municipal dessa cidade estava com a lotação completa e em Valença verificou-se falta de público. Nesse sentido referiu que provavelmente a questão relaciona-se com ausência de um espaço apropriado em Valença. Outro assunto abordado pelo Senhor Presidente da Câmara, relacionou-se com a Eurocidade junto da comunicação social para divulgação turística, como também as feiras de turismo: Lisboa e Madrid constatando que, sempre que é apresentado o projeto Eurocidade Valença – Tuy, existe logo à partida um efeito mediático muito interessante. Desta forma, é comprovado que a custo zero, existe uma divulgação nos principais jornais de Espanha, como também de Portugal.

Aquando de feiras de turismo em Espanha e a Eurocidade está integrada no «pacote» das *rias baixas* verifica-se mesmo o grande destaque dessa promoção. Em relação a outras iniciativas

estiveram em Chaves pois, a Eurocidade Chaves – Verín constituiu um AECT – Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, que será o próximo passo da Eurocidade Valença – Tuy. Mais uma vez tinha sido focado pelo governo da Galícia o grande empenho da nossa Eurocidade.

Ainda relacionado com o turismo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença realçou a realização da prova de BTT com sucesso assinalável, sendo que, em breve haverá a prova de atletismo e mais uma série de eventos na Eurocidade: são mais de trinta eventos, o que faz com que, praticamente de quinze em quinze dias exista um evento na Eurocidade pelo que é demonstrativo da programação existente e o que tem sido levado a efeito.

Em relação às questões colocadas sobre o envio dos convites, o Senhor Presidente da Câmara salientou que são cerca de trezentas pessoas, coletividades, associações e pessoas na sua qualidade individual pelo que, naturalmente quando as pessoas pertencem a mais do que uma organização, poderão receber convite por mais do que uma via.

Em relação às questões levantadas pela Sra. Deputada Cláudia Labrujó particularmente à questão da lixeira, especificamente junto ao rio, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não era do seu conhecimento essa situação mas informou, particularmente os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que seria recolhido qualquer lixo que houvesse. De facto tem havido um esforço grande não só da Câmara Municipal de Valença como das Juntas de Freguesia que, apesar de existir contentores «monstros» nem sempre são os locais adequados para colocar alguns eletrodomésticos. Salientou ainda que, com esse efeito, os Bombeiros Voluntários de Valença têm uma ação para que as pessoas entreguem ou depositem os eletrodomésticos nessa instituição, sendo que, posteriormente por compensação recebem uma verba por tal acontecimento.

Uma outra questão assinalada foi a do saneamento e o Senhor Presidente da Câmara referiu que já mais do que uma vez, é constatado que existe um problema de saneamento, não permanente mas pontual de descarga junto ao rio, acontecendo essa descarga por dois motivos: quando a empresa de águas do Noroeste não «dispara» e, também pelo facto de existir um problema de saneamento junto das águas pluviais relativo à 3ª e 4ª fase dado que, existiram várias fases de intervenção nas muralhas, pelo que há a necessidade de fechar o «anel» na zona da Santa Casa da Misericórdia de Valença. Esta situação faz de facto que exista um problema de saneamento que «extravasa» a conduta de saneamento e flua para as águas pluviais.

Quanto à questão do saneamento na Urgeira, existe um problema em toda a conduta que vem da área da zona escolar, motivado pelo diferente tipo de tubagens e respetivo diâmetro. Desta forma o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou a necessidade de existir autorização de proprietários privados para que a substituição da tubagem seja efetuada que dada a respetiva dimensão como transtorno factual poderá ser uma situação não muito bem atendida, não obstante da Câmara Municipal estar atenta a todas as variáveis que advêm da situação descrita.

No que diz respeito à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fontoura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença disse que havia uma constante reclamação e muito bem, conforme outros Srs. Presidentes de Junta de freguesia o fazem. Porém, o Executivo também tem que ser solidário, pois a Freguesia de Fontoura foi a que nos últimos quatro anos recebeu o maior volume de investimento, cerca de um milhão de euros para saneamento, sendo que o Senhor Presidente da Câmara salientou a importância da freguesia de Fontoura adotar uma perspectiva de olhar o presente e o futuro e não escudar-se em se considerar constantemente como uma freguesia esquecida no passado. Esse investimento deveu-se aos fundos comunitários mas também teve participação do município sendo que o mesmo poderia ter sido alocado a outras freguesias, facto que não aconteceu.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença ainda referiu que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Fontoura tinha falado sobre a estrada do Outeiro. Porém, considerou que em relação a esta obra não pretendia pronunciar-se de forma exaustiva pois no mandato anterior ao seu,

a referida freguesia tinha recebido um subsídio para que fosse realizada a obra, não obstante do atual Presidente da Junta de Freguesia de Fontoura sempre querer a que obra fosse realizada. Dado ser uma estrada muito inclinada, foi dada aprovação pela Câmara Municipal mas, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia queria fazer a obra antes das eleições, sendo que, sempre lhe tinha sido dito que não valeria a pena estar preocupado em realizar a obra antes das eleições, não obstante a obra foi feita, sendo essa, uma opção individual e o mau tempo verificado, prejudicou a sua execução.

Quanto à questão do financiamento e à sua configuração, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença salientou que a Lei 75/2013 obriga com os protocolos assinados alterar a forma de apoio às freguesias, sendo que a intenção do legislador foi de ficarem definidos todos os apoios anuais afetos às freguesias. Como tal, a partir do momento que a Lei entrou em vigor, já quando entraram em funções no atual mandato, sentiu-se obrigado a alterar a forma de financiamento ou seja, em vez de ser a junta a fazer a obra e a Câmara Municipal entregar o subsídio, a obra foi «chamada» à Câmara Municipal de Valença pelo que, quanto a esta obra, o que estava feito, foi feito pela Junta de freguesia de Fontoura. Desta forma, a Câmara Municipal irá terminar o resto da obra, nomeadamente a pavimentação. A Junta de Freguesia de Fontoura colocou as águas pluviais, a Câmara Municipal de Valença fará então a pavimentação e a referida Junta terminará as laterais da estrada pois existem entradas para moradias. Nesse sentido, o respetivo concurso já foi acionado. Foi ainda reafirmado a importância de existir solidariedade e olhar o presente e o futuro sem um recurso excessivo de algumas contingências no passado.

Após agradecimento pelo **Sr. Presidente da Mesa** às intervenções efetuadas, foi realizado um pequeno no intervalo.

Pelas 11.30 foram reiniciados os trabalhos com verificação de existência de Quórum, passando desta forma ao período seguinte da ordem de trabalhos.

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”.

1º PONTO – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Com a respetiva inscrição, intervieram os seguintes Membros:

Sr. Deputado Francisco Romeu que após ter apresentado as respetivas saudações protocolares referiu que o Município de Valença com as juntas de Freguesia e com as comissões de baldios tem efetivado a limpeza de mato e implantação de árvores nas florestas do concelho, contribuindo para a prevenção dos incêndios e valorizando a floresta, no entanto, gostaria que o Município procedesse à manutenção de várias vias de comunicação de acesso à floresta pois alguns caminhos com a intempérie verificada estão bastante intransitáveis. Ainda com referência à rede viária concelhia, pretendeu alertar para as aberturas de valas que têm ocorrido particularmente na Av. Aníbal Rebordão que pela passagem de gás natural, verifica-se que o encerramento dessas mesmas valas demoram muito tempo. A Junta de Freguesia de Ganfei comunicou à EDP esse facto, verificando-se agora que as valas até estão a ser «tapadas», mas alertou para a zona dos passeios.

Salientou ainda, sempre que haja esse tipo de intervenção em infraestruturas o que, naturalmente implicará o respetivo corte de estrada, as empresas que o fazem devem ser responsabilizadas no futuro por essas zonas. No caso concreto, foi verificado que as águas do Noroeste passariam a conduta e no atual momento verifica-se que a estrada que recebeu a referida execução já está a abater.

No que diz respeito às iniciativas « sabores da aldeia» e « sabores da lampreia» pretendeu deixar uma palavra de apreço ao Município relativo a esses eventos os quais foram um sucesso e mais uma vez ficou provado que a junção do Município, Freguesias e Associações são, a fórmula correta para o êxito dos eventos.

Sr. Deputado Rui Ferreira disse que já tinha explicado mais uma vez que o valor de cerca de um milhão euros engloba a comparticipação comunitária pelo que, em termos de contas da Freguesia não o pode considerar pois não representa um valor na íntegra dado pelo Município.

Relativamente ao saneamento o mesmo deverá ser executado não onde exista mas sim sempre nas freguesias mais distantes. Uma outra situação que não concordou, foi a referência à execução de obra antes do período eleitoral, sendo que, como Presidente da Junta de Freguesia ganhou as eleições com 75,8% dos votos, pelo que a sua eleição estava ganha ao fim de dois anos de mandato.

O Sr. Deputado salientou que tinha havido uma conversa do próprio com o Senhor Presidente da Câmara Municipal a solicitar que a obra fosse realizada ainda no anterior mandato.

O Sr. Deputado ainda referiu que em Fontoura foi organizado pelo Clube Futebol de Fontoura uma prova nacional de enduro *sprint*, sendo que a mesma foi marcada com cinco meses de antecedência e a Câmara Municipal de Valença conseguiu fazer o TT – Todo terreno na mesma data.

Outro assunto apresentado, foi sobre a escola primária de Fontoura já encerrada e que existem determinadas informações não formais que apontam para que o infantário também venha a ser encerrado, situação que o próprio acredita, pois como existe uma cantina nesse infantário que deixa entrar água, pelo facto de nunca ter sido reparado leva a crer, que o infantário será encerrado.

No que diz respeito a este último assunto, referiu também que tinha havido uma conversa com o Senhor Presidente da Câmara Municipal na qual foram ditas algumas não verdades, sendo que, no caso da freguesia de Gandra verifica que foi possível ter mais uma sala pela existência de mais dois ou três alunos quando ao próprio lhe tinha sido dito que eram necessários mais dezoito alunos. Uma outra questão referida pelo Sr. Deputado teve a ver com a linha de alta tensão, sendo que o próprio já diversas vezes chamou a atenção sobre este assunto, não recebendo por parte da Câmara Municipal informação concreta sobre como está essa situação. Na continuação e, considerando que tinha dito aquilo que considerava crítico, pretendeu fazer referência aos aspetos positivos do Executivo.

Desta forma, deu os sinceros parabéns pelo trabalho realizado pelo atual Executivo, tanto no equilíbrio financeiro como operacional e estratégico. Na sua terra, amigos são aqueles que deixam as pessoas ficarem tristes com verdades e não quem deixa as pessoas ficarem alegres com mentiras.

Têm que trabalhar todos em conjunto e no mesmo sentido, com o objetivo do Concelho seguir em frente. Com esse feito, será necessário «remar» para o mesmo lado.

O Sr. Deputado salientou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença – Dr. Jorge Mendes tem tudo para ser o melhor Presidente da Câmara de sempre: por isso faça o favor de o ser com o coração aberto. Por sua vez, ressaltou a importância de Portugal começar a organizar-se olhando para os recursos existentes que tem como País. Informou ainda que em Fontoura há três hectares de terra para plantar árvores, sendo que, a competitividade vem da melhor forma de olhar o que rodeia um determinado território. Em termos de ideias, salientou que o sector da construção civil está com sérios problemas pelo que, se fosse iniciado um processo faseado de requalificação

de casas como anteriormente tinha sido dito e com o apoio dos respetivos serviços municipais e com o respetivo enquadramento legal, seria encontrada uma fórmula para ajudar os pequenos empreiteiros do concelho que ainda subsistem com a sua atividade.

A **Sra. Deputada Cláudia Labrujó** disse que, existem algumas situações de detalhe no Município que deverão ser corrigidas, como o que acontece na placa da fonte de Cristelo na qual está escrito «Nunícipio de Valença» em vez de Município de Valença. Um assunto da maior importância relaciona-se com os semáforos na Av. Tito fontes no cruzamento que dá para a escola e para a estação de caminhos de ferro que se encontram desligados, verificando-se, quando os mesmo estão ligados existe uma abertura em simultâneo, criando condições propicias para acidentes como os inúmeros que já aconteceram nesse local. Nesse sentido, salientou a importância de ser encontrada uma solução para esta grave situação, que coloca num determinado momento, particularmente crianças e jovens em larga escala que por ali passam em situação de extremo perigo de vida. Desta forma, a Sra. Deputada reforçou a necessidade de ser alterado os tempos dos semáforos de forma a não acontecer os problemas verificados, acrescentando ainda do maior perigo diverso com a possibilidade da viragem nos vários sentidos nesse cruzamento.

Uma outra questão, relacionou-se com a existência de um prédio devoluto que cada vez está em pior estado. Nesse sentido foi questionado até que ponto a Câmara Municipal tem realizado algumas diligências para contactar os proprietários. Um outro assunto abordado e relacionado com as instalações que serviram para as comemorações do 25 de Abril, as mesmas não são as mais adequadas. Desta forma, realçou que o Executivo já está no segundo mandato pelo que será realmente conveniente pensar na criação de um espaço condigno para esse tipo de eventos, sendo que Valença merece, entre outras coisas, por ter estatuto de cidade.

O **Sr. Deputado Óscar Silva** salientou que antes de questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, pretendia contextualizar alguns assuntos sobre o que tinha sido falado no ponto anterior.

No que se refere ao que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito, especificamente quando foi referido que tinha falado com as coletividades e que todas se encontravam muito satisfeitas com os resultados, o Sr. Deputado realçou que isso seria uma questão de perspectiva.

O próprio tinha falado com algumas pessoas que disseram que o evento do presente ano tinha sido muito pior do que o do ano anterior e que em termos de receitas tinha ficado muito aquém das expectativas.

Quanto ao 25 de Abril, considerou como facto que tivessem começado os movimentos dos militares no dia 24, porem, foi no dia 25 de Abril que foi proclamada a democracia, como tal, as comemorações deverão atender a essa realidade.

Ainda relativo ao 25 de Abril e à moção que o Grupo Municipal do PS tinha apresentado e a posterior intervenção do Sr. Deputado Sebastião Alves em que foi feita uma dissertação pelo próprio atendendo a diversos ângulos sobre o 25 de Abril. Não compreendeu por isso, porque é que o Sr. Deputado Sebastião Alves se absteve na votação relativa à moção que o Grupo Municipal do PS apresentou sobre essa matéria.

No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Francisco Romeu, especificamente quando referiu que a colaboração do Município e as Freguesias será uma forma de «levar» Valença para a frente, salientou que, no caso da Freguesia de Fontoura tinha sido mostrado na presente Sessão a falta de relação aquando de uma iniciativa de Enduro *Sprint* em Fontoura preparada com cinco meses de antecedência e o Município marcou para a mesma altura uma outra atividade.

Salientou ainda o facto do Senhor Presidente da Câmara não ter sido muito claro na questão do dinheiro que a Freguesia de Fontoura tinha recebido para a execução do caminho do Outeiro

pelo que reforçou o facto de haver questões que deverão ser aprofundadas ou, eventualmente será melhor não referir nada. Havendo alguma questão concreta sobre esta matéria, o Sr. Deputado disse que deveria ser efetuada a respetiva investigação.

Por sua vez, informou que na última Reunião da Câmara Municipal os Srs. Vereadores do PS solicitaram a disponibilização de um gabinete ou um espaço onde pudessem desenvolver de forma condigna a sua atividade autárquica, sendo esta situação prevista na Lei. O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença disse que não havia um espaço disponível para o efeito, situação que considerou estranha, pois com certeza que nos edifícios da Câmara Municipal haverá um pequeno espaço para que os Vereadores do PS possam exercer a sua atividade autárquica. O Sr. Deputado reintegrou que, não obstante do PSD ter ganho as últimas eleições, existe o estatuto da oposição e como tal, têm o direito de ter as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da sua atividade. O Sr. Deputado, considerou de «bom-tom» que fosse acedido o referido pedido.

No prosseguimento da sua intervenção, questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de ainda não ter havido uma Reunião da Comissão de Acompanhamento e Revisão do Regimento, pois existem seis meses de mandato e o Regimento é o mesmo.

Um outro assunto que referiu, foi o facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal ter falado sobre a questão do serviço de finanças, dizendo que haverá atendimento aos munícipes que suprirá o que era a função das finanças.

Nesse sentido salientou que, a verdade é a continuação da propagação de informações sobre encerramento de finanças locais sendo que, as mais recentes indicam para o encerramento de cinquenta por cento das repartições existentes no País e, Valença, por aquilo que é sabido, será uma das repartições contemplada com o encerramento. Por isso, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal em que ponto de situação se está e se de facto haverá algo a ser feito.

Questionou desta forma, se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou já providências no sentido de evitar esse encerramento, sabendo que, caso tal aconteça será despromovida a cidade de Valença, que na sua categoria de cidade tem vindo a assistir ao encerramento de serviços, pelo que, qualquer dia não haverá lógica de ser uma cidade.

A Sra. Deputada Paula Natal, após ter apresentado as respetivas saudações protocolares, informou de que a sua intervenção seria particularmente dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal pois foi com muito gosto que viu obras finalizadas na sua freguesia: a ligação da ecopista à marginal, o seu prolongamento a S. Pedro da Torre, num trajeto magnífico. Porém, salientou o facto de nunca se ter sentido tão feliz por ouvir tocar uma campainha, não sendo esta uma campainha qualquer mas sim, uma campainha especial que alerta a passagem de um comboio, alerta perigo, alerta finalmente que as barreiras irão fechar. Interromper o trânsito, salvaguardar vidas humanas, isso sim. Não obstante, não poderá deixar em «branco» e com muita pena sua que não esteja presente simplesmente para reconhecer e agradecer publicamente todo o empenho e dedicação e todas essas palavras serão poucas, o anterior Presidente da Junta de Freguesia de Cristelo Côvo: Senhor Augusto Natal.

De facto, foi verificado que durante muitos anos a falta de vontade política fez-se sentir.

Parabéns Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença, acreditando que todos os segadanenses e valencianos estão muito gratos por esta sua obra que, outros autarcas, simplesmente ignoraram. Por último em nome da sua freguesia expressou os seus agradecimentos.

A Sra. Deputada Inês Ferreira, pretendeu relembrar que o único serviço público que se assistiu a um encerramento em Valença, foi o serviço de atendimento permanente da meia noite às oito da manhã e foi porque tinha sido assinado o protocolo de encerramento na altura da Câmara liderada pelo PS.

A Sra. Deputada reintegrou que acredita que mais nenhum serviço será encerrado e também acredita que o Senhor Presidente da Câmara Municipal irá desenvolver todas as diligências no sentido de manter os restantes serviços públicos em Valença.

De seguida, pretendeu colocar duas questões:

Relativamente à informação escrita sobre os processos judiciais e nesse sentido gostaria que fosse explicado o processo nr. 14 e relativamente aos processos 1-7-12 qual é o respetivo ponto de situação.

A Sra. Deputada ainda questionou, no que diz respeito aos fundos estruturais – Novo Quadro Comunitário de Apoio e conceito Eurocidade, quais as vantagens reais que as Eurocidades já constituídas irão usufruir no novo quadro comunitário de apoio.

Terminada a intervenção dos Senhores Deputados inscritos, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que, como tinha sido questionado sobre a Comissão de Acompanhamento e Revisão do Regimento tinha que prestar o respetivo esclarecimento. Nesse sentido, salientou que não era verdade que os membros da referida Comissão não tivessem reunidos pois, já tinha havido uma Reunião, deliberando sobre algumas alterações a propor à Assembleia Municipal. Não obstante, subsistiu matéria que apresentou alguma dúvida e que se relacionou com o sentido da existência da Comissão Multidisciplinar Integradora pois a sua anterior criação teve por base um determinado propósito. Nesse sentido informou que havia informação da ANMP sobre essa matéria pelo que haverá condições numa próxima altura para que seja convocada outra reunião.

Não obstante, o Sr. Presidente da Mesa salientou que a Assembleia Municipal tem Regimento pelo que existem instrumentos legais para a conduzir. Nesse sentido informou que, não é pelo facto da Comissão não ter apresentado uma nova revisão com alterações pontuais ao Regimento atual que não se encontrem as condições para o prosseguimento dos trabalhos, pelo que, todas as deliberações estão salvaguardadas pela Lei.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença** que na posse da mesma informou que, relativamente à questão do perigo de encerramento do serviço público de finanças em Valença, as notícias vindas na comunicação social tal como outras, nomeadamente sobre os despedimentos ilícitos que iriam acontecer eram falsas. A comunicação social foi clara quando disse que o governo tinha decidido na 11ª avaliação da Troika, que não haveria indemnizações para despedimentos ilícitos, tal como o encerramento das finanças.

Porem, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que era verdade que a repartição de finanças de Valença, tal como outras repartições do distrito faziam parte de um relatório para encerrar mas que, o mais extraordinário era de saber que esse relatório tinha sido elaborado pelo Governo PS. Deste modo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que, quando é referido o encerramento do serviço de finanças, está a ser falado com base num relatório elaborado pela autoridade tributária mas no período do governo PS.

No início seria para encerrar cinco repartições de finanças, depois só ficariam três e, no atual momento a informação a esse respeito seria diferente. Não obstante, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença informou que garantirá a existência de um serviço de finanças em Valença, com o atual serviço que tem e mais alguns no futuro. Tal como Melgaço, apesar de uma dimensão diferente, também será uma realidade.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ainda que não poderia garantir a « cem por cento» pois poderá existir alguma alteração. Porem, está a ser trabalhado para que Valença não perca serviços públicos. Nesse sentido, há cerca de quinze dias houvera uma reunião com a Sr. Ministro da Saúde que, apesar do contexto que se está a viver, foi solicitado a reapreciação do processo de encerramento do serviço de atendimento permanente, com abertura da consulta aberta à

noite. Essa reapreciação, não será devido ao facto de Valença ser cidade, porque em «Lisboa» não será por essa «medida» que será efetuada a respetiva avaliação. A questão base é saber se existem pessoas ou não, esse será o valor quantitativo a ter em conta, Desta forma numa análise à dimensão do concelho, à localização estratégica, ao dinamismo do projeto para Valença, serão os fatores que irão fazer a diferença e, serão exatamente esses argumentos que permite convencer ou tentar convencer quem decide. Por outro lado, ainda referiu que quem decide em «Lisboa» tem muita mais informação do que aquilo que se pensa, apresentando às vezes dados que não são do conhecimento do geral, pois são resultado de uma informação agregada proveniente de vários organismos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, retomando a questão dos serviços de finanças de Valença disse que, não haverá encerramento de finanças sem ser encontrada uma solução de serviço público com integração de serviços pelo que, até lá deverá existir confiança que em todos os concelhos continuará a haver serviço de finanças e no caso de Valença existe uma repartição e havendo alguma alteração existirá um serviço de finanças mais amplo do que atualmente Valença tem.

No prosseguimento e relativamente à questão da freguesia de Fontoura, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que o que tinha dito não foi qualquer tipo de insinuação. O facto é que essa freguesia há dois mandatos atrás tinha recebido um subsídio para a execução da mencionada obra, parte do mesmo, provavelmente foi gasto noutra tipo de obra, pelo que consequentemente deixou de ter o valor global disponível para poder fazer a respetiva devolução ao Município.

Na continuação, O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu o assunto sobre a passagem de nível com dispositivo de segurança. De facto, a existência da passagem de nível em Cristelo – Covo cumpriu-se, era um compromisso do atual executivo, sendo um trabalho que foi desenvolvido ao longo dos últimos anos e foi cumprido. De facto, a passagem de nível de Cristelo Covo já está a funcionar. Foi uma obra co – financiada pelo Município e pela Refer no valor de 60.000 euros cada um dos intervenientes. Esta situação, faz com que em Valença a única passagem de nível que não tem barreiras situa-se em S. Pedro da Torre, apesar de ter um sistema sonoro de aviso. É um tipo de obra complicada em termos de execução e o Senhor Presidente da Câmara Municipal considerou mesmo que para salvaguarda das pessoas essa passagem deveria ser encerrada embora compreendendo que dessa situação adviriam transtornos particularmente para a população. Considerou ainda que, havendo os respetivos avisos sonoros e de sinalética, desde que as pessoas os respeitem os perigos pela passagem do comboio serão diminuídos.

Relativamente à freguesia de Cristelo- Covo o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu a falta de pavimentação na estrada e com a expectativa de que a Junta de Freguesia venha a assumir cerca de dois terços da obra, sendo o restante valor a ser assumido pela Câmara Municipal.

A estrada que faz a ligação de Cristelo – Covo até Arão, inclusive até ao cruzamento onde está a igreja é de paralelo, sendo uma altura própria para ser retirado aquele tipo de pavimento.

Realçou ainda que aquando da execução da obra é importante ser visto todo o problema do saneamento daquela zona com transtornos para a população. Assim, a passagem de nível de Cristelo Covo com o sistema que tem, desde que, cumprida a sinalética representará a defesa da vida humana, situação contrária ao que lamentavelmente aconteceu no passado com perdas de dezenas de vidas nos últimos vinte anos naquele local.

No prosseguimento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que, os processos que são constantes da informação escrita, um deles é relativo à anterior aquisição de uma parcela no campo da feira, junto ao centro coordenador de transportes, sendo que, todo o processo tem cerca de dezassete anos, com o envolvimento de catorze herdeiros e com a existência de litígio e várias tentativas de chegar a acordo sem resultados. Não obstante, foi possível chegar ao acordo pelo valor anteriormente proposto pelo anterior Presidente da Câmara Municipal: Sr. Major Pereira de Castro, sendo que, na presente fase existiu um revés que foi o de exatamente ter aparecido uma outra pessoa

que também se diz herdeiro implicando essa situação mais dois irmãos. Desta forma terá que haver o comprovativo das qualidades familiares descritas, como também o entendimento entre todos os familiares sobre a referida matéria.

Quanto ao processo número um, o mesmo é um processo que vem de 2005 e que envolve a empresa Mário Cardadeiro e um vizinho e enquanto não existir entendimento entre as partes o processo continuará.

No que diz respeito ao processo número sete e número dois, o primeiro relaciona-se com uma situação num terreno que não é da Câmara Municipal mas a seguradora recorreu e o número dois tem a ver com os bairros sociais e está previsto que durará muito tempo.

Relativamente aos fundos comunitários e a Eurocidade, o próximo programa territorial vai ter um conjunto de verbas para a cooperação transfronteiriça, existirá mesmo, um reforço e de facto as Eurocidades estarão na primeira linha da possibilidade de captação de investimento. A Eurocidade Valença – Tuy de forma óbvia estará atenta para projetos comuns que se possam desenvolver na área ambiental, rio, transportes públicos e como tal, além de Portugal 20-20, dos três mil milhões que a região norte terá direito, também haverá a parte do POCTEP – Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha – Portugal, para o qual irão trabalhar com o objetivo de garantirem o máximo de verbas nos próximos anos. No que diz respeito à matéria ambiental: ambiente; agricultura e florestal, haverá um enfoque particular à floresta, existindo indícios de que para o próximo ano para além do PRODER, existam também verbas muito interessantes para apoio na área florestal. A esse respeito ainda foi referido que essa verbas não se destinam apenas para projetos de produção florestal mas também para projetos de ambiente e floresta, nomeadamente para o repovoamento de espécies que sirvam de proteção a linhas de fogo mas também de requalificação de espaço, particularmente em zonas vazias e, em Valença tem havido em algumas freguesias limpeza de terrenos através da retirada de espécies não aconselháveis, implicando necessariamente existência de áreas vazias. Nesse sentido a plantação de mais de 15000 árvores nos últimos meses, sobretudo carvalhos, permitirá que passe a existir zonas de alguma densidade e com a existência desse tipo de espécie consequentemente seja criado um micro clima mais húmido, sendo propício na ajuda de combate a incêndios, com o respetivo equilíbrio ambiental. Deste modo o Senhor Presidente da Câmara Municipal realçou que o trabalho desenvolvido sobre esta matéria pelos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, os baldios, o apoio dos sapadores do Município será para continuar e por isso é que existiu duas equipas de sapadores, numa dessas equipas com inclusão de pessoas do Centro de Emprego de Valença.

No assunto relacionado com os semáforos da zona escolar, realmente têm estado intermitentes pois estão com uma anomalia técnica e a empresa que se desloca a Valença vem do Porto e, cada viagem, representa um custo, só de deslocação de quinhentos e quarenta euros.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal também, a título informativo disse que a empresa que presta este tipo de serviços como também o arranjo e manutenção de parquímetros, é uma empresa que em Portugal vive numa situação de quase monopólio, não deixando por isso grandes alternativas aos municípios. Não obstante, e dada a situação de perigo que a referida situação acarreta é sempre procurada a sua resolução no menor espaço de tempo possível.

Após intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal o Sr. Presidente da Mesa abriu as inscrições para a segunda ronda com a intervenção dos seguintes oradores:

O Sr. Deputado Rui Ferreira que disse a sua não pretensão de dar a entender que a Câmara Municipal de Valença tenha agendado de forma propositada a sua atividade no mesmo dia que o Enduro *Sprint* em Fontoura, considerando esse facto um lapso. Quanto ao caminho do Outeiro havia obra realizada mas o Sr. Deputado não sabe se esse valor se encontra justificado com a

referida execução. No que diz respeito ao campo de futebol em sintético, o Sr. Deputado não sabe onde ficará essa localização. Por último, deu os parabéns ao Executivo pelo cumprimento de uma promessa: existência de sistema de proteção com barreira na passagem de nível sem guarda da freguesia de Cristelo Covo.

O Sr. Deputado Francisco Romeu que referiu, relativamente ao que tinha sido dito pelo Sr. Deputado Rui Ferreira, o valor ainda está sujeito a negociação, sendo que, o acordo está feito mas está previsto até Outubro, de acordo com as respetivas necessidades, serão apresentadas soluções e respetivas negociações. Gostaria é que o Senhor Presidente da Câmara Municipal se pronunciasse sobre a responsabilidade existente das empresas que por motivo de obra abrem valas sem proceder devidamente ao seu encerramento.

A Sra. Deputada Cláudia Labrujó que se referiu aos parquímetros e à sua manutenção. Desta forma salientou que tinha enviado um *e-mail* para a Câmara Municipal de Valença sobre o mencionado assunto, não tendo recebido qualquer tipo de resposta.

Por experiência própria, viveu uma situação na Av. Miguel Dantas motivada por avaria de parquímetros, envolvimento da autoridade, pois, conseqüentemente não tinha o respetivo *ticket*.

Desta forma, as autoridades informaram que será responsabilidade do cidadão, obrigando-o a percorrer e a colocar moedas em todos os parquímetro da respetiva área, até conseguir encontrar um que não esteja avariado. Nesse sentido, considerou conveniente que o respetivo serviço da Câmara Municipal de Valença duas vezes por semana efetuasse a respetiva fiscalização e no caso de haver parquímetros avariados que colocasse informação nesse sentido, que também permitirá que as autoridades tenham conhecimento sobre a existência de avaria. A Sra. Deputada ainda realçou que o cidadão não é obrigado a registar o dia e a hora em que esteve estacionado sem poder tirar o *ticket* do parquímetro e, posteriormente, passado bastante tempo é rececionada a multa e as pessoas são obrigadas a pagar, sem diretamente terem culpa sobre essa situação.

O Sr. Deputado Óscar Silva referiu que a Sra. Deputada Inês Ferreira na sua intervenção tinha dito que o ónus do enceramento do SAP era para o PS. O Sr. Deputado pretendeu recordar na presente sessão que o maior atentado aos serviços de proximidade de uma autarquia como poder local deve ter com a sua população, foi cometido pelo PSD, referindo-se à reorganização administrativa do poder local. Considerou ainda que esse foi o maior atentado que se podia cometer em Portugal.

A Sra. Deputada Paula Natal, pretendeu expressar um desabafo: a instalação dos sistemas de segurança na passagem de nível de Cristelo - Covo representou um investimento de 60.000 Euros para a Câmara Municipal de Valença e para a REFER e, foram tantos anos para ser tomada essa decisão quando, num prazo inferior a um mês a obra e respetivas instalações foram executadas.

Relativamente à pavimentação e na presença da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, aproveitou para em nome particularmente da comunidade escolar, que a pavimentação seja executada pelo menos até à escola primária, porem, reconhecendo que existem alguns problemas das águas pluviais como são do conhecimento geral mas salientando que todos serão beneficiados com a referida execução.

A Sra. Deputada Inês Ferreira, referiu que a intervenção do Sr. Deputado Óscar Silva tinha sido baseada na reorganização administrativa territorial e não sobre encerramento de serviços públicos. Desta forma, questionou, caso o PEC tivesse sido aprovado e o PS continuasse no governo, o que seria de Portugal?

Salientou ainda que o problema não estaria apenas nas matérias faladas mas também em muitas outras. Deveria ser realizada comparação sobre o que estava assinado no PEC IV relativamente ao peso do deficit no PIB e aquilo que tem sido as negociações do atual Governo relativamente às sucessivas avaliações da troika. Relativamente aos fundos comunitários também é necessário ter consciência que no próximo QCA Portugal irá receber onze milhões de euros diários e quando se culpabiliza a Europa dos nossos fracassos, facilmente é esquecido que durante décadas Portugal foi e continua a ser devedor da Europa, significando isso que Portugal sempre recebeu mais receitas do que as suas contribuições para o orçamento comunitário.

Foi realizado um pedido esclarecimento pelo **Sr. Deputado Óscar Silva** e aceite pelo Sr. Presidente da Mesa. O Sr. Deputado, referiu que o que tinha sido dito pela oradora antecedente relativamente à reorganização administrativa territorial, tem por base argumentos do PSD que consideram as freguesias com peso no orçamento anual do País, sendo essa situação uma completa maneira de ludibriar a situação. Reforçou ainda que as freguesias têm no orçamento geral do estado anualmente um peso de cerca de 0,1%. Dessa forma questionou se era necessário fazer uma extinção de forma avulsa, sem a existência de argumentos consolidados que sustentassem essa extinção de freguesias.

Ainda referiu que seria interessante perguntar às pessoas que vivem nas freguesias mais longínquas do Concelho o que consideram sobre o facto de terem a sua freguesia agregada impedindo ter acesso a determinados recursos como, por exemplo, um atestado de residência, efetuar determinado tipo de pagamentos, etc. A esta situação acrescentou ainda razões demográficas como a idade e, muitas vezes a falta de meio transporte próprio. Relativamente ao PEC IV, caso o PS tivesse sido governo gostaria de saber onde estava prevista uma extinção avulsa e desregrada daquilo que seria a organização administrativa local.

Desta forma o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à **Sra. Deputada Inês Ferreira** que referiu a importância de ser recordado que o Dr. António Costa era Ministro da Administração Interna e no projeto do PS constava a reorganização das freguesias.

No prosseguimento da Sessão, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença que, na posse da mesma, se referiu à matéria relacionada com a nova organização territorial em Valença. Assim, salientou que até ao momento não se apercebeu de um excesso de preocupação pela reorganização das freguesias no Concelho de Valença. Tem a possibilidade de constatar e verificar que o trabalho efetuado pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia é crucial para esse resultado e muitas vezes as pessoas dizem que todo esse processo e desenvolvimento de trabalho está melhor do que o anterior. Em relação à intervenção do Sr. Deputado Óscar Silva, o Senhor Presidente da Câmara Municipal ainda disse que nos dias de hoje as funções de um Presidente da Junta ultrapassa determinadas facilidades promovidas, como servir de motorista de alguma população local e fazer outros tipos de recados.

O Senhor Presidente da Câmara ainda salientou que aquando do tempo do Dr. António Costa a organização territorial era completamente avulsa, inclusive, era exigido limiar mínimo de habitantes por freguesia, o que faz com que fosse demonstrado menos visão da dimensão humana do que a atual. Ainda foi dito que, apesar de ter alguma discordância em relação à proposta que o atual Governo apresentou, constatou que tinha sido uma proposta debatida e apresentada em vários fóruns pelo que as pessoas tiveram o direito de se pronunciarem. Por sua vez, informou que os princípios da nova organização territorial aplicados às freguesias também será aplicado aos Municípios, que implicar determinados problemas para serem resolvidos como: dimensão do território, demografia, dívida do município, etc. Ainda foi salientado que independentemente do partido que esteja no Governo, essa delimitação estratégica dos Municípios irá ocorrer pois a médio

e longo prazo irão representar poupanças nas estruturas dos mesmos a nível nacional.

Relativamente à questão do campo de futebol sintético, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que de facto a freguesia de Fontoura tem um conjunto de coletividades já com muita visibilidade. Não obstante, reafirmou que a ser construído um campo sintético a ser usufruído pela comunidade valenciana, não será em Fontoura, mas sim numa área mais central. Apesar da referida situação, reconheceu o mérito de Fontoura por todo o desenvolvimento e apoio nas camadas mais jovens no que diz respeito à prática desportiva.

Desta forma e numa primeira análise, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que a zona mais interessante, eventualmente será S. Pedro da Torre, pela razão simples do valenciano querer continuar a ter um campo de relvado e sem disponibilidade de abertura ao exterior. Mantendo essa posição, o campo sintético será construído numa freguesia. Desta forma, Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que será realizado um protocolo com uma coletividade numa zona mais ou menos central com cedência de um estádio municipal por um período longo e nessa altura será feito um campo sintético para toda a comunidade desportiva de Valença.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Francisco Romeu, na qual referiu a abertura de valas e os problemas que advêm desse facto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que essa situação representa uma dificuldade aquando das obras. As empresas têm autorização e prestam garantias mas depois é necessário constantemente que seja efetuado um controle extensivo.

Como a maior parte das estradas são municipais ninguém fica mais incomodado com essa situação que o Presidente da Câmara e respetivo Sr. Vereador. No caso do gás natural são as contingências verificadas. Salientou ainda que deverá ser dado louvor às empresas envolvidas no processo de gás natural em Valença que procuram a maior extensão possível em termos de área.

Relativamente aos parquímetros, de facto todos os *e-mails* recebidos na Câmara Municipal são lidos e dado o respetivo seguimento. Por isso é que no caso dos parquímetros um funcionário foi de seguida verificar o respetivo problema de funcionamento. O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou ainda que muitas vezes os parquímetros estão avariados porque, propositadamente, algumas pessoas criam anomalias. Não obstante existem alguns parquímetros que há vários meses estão avariados, e dado serem constituídos por material de segunda geração representam um valor de reparação excessivo, neste sentido, estão a ser procuradas peças em segunda mão. Relativamente a este tema, também informou que será reforçado o número de parquímetros em Valença, inclusive já se encontra em concurso, para as áreas entre o ed. Status e Lepanto e na zona das portas do sol, pois nessas zonas existem sempre falta de lugares, sendo importante existir uma rotatividade no estacionamento.

Terminado que estava o presente ponto da ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** no prosseguimento da Sessão passou ao ponto seguinte.

2º PONTO – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO DE 2013

Com a respetiva inscrição, intervieram os seguintes Membros:

O **Sr. Deputado Rui Ferreira** que referiu relativamente ao PEC IV aquando da assinatura do plano da Troika, Portugal tinha de acordo com o anterior Ministro das finanças dinheiro para um

dia e meio. Assim, o Sr. Deputado considerou que o PEC IV nunca iria resolver a situação do País por isso esse tipo de argumentação seria completamente falível.

O **Sr. Deputado Óscar Silva**, relativamente ao documento de prestação de contas referente ao ano de 2013, o Grupo do PS considerou que é um documento bem elaborado tecnicamente pois terá sido feito por uma entidade com certeza certificada pelo que não têm nada a objetar nesse sentido, pois as contas são questões matemáticas. A discordância foi no sentido das opções políticas que conduziram a esse plano e nesse sentido não existem dúvidas que teriam tomado antes opções que fossem mais de encontro ao que os valencianos necessitam, nomeadamente numa época em que o bem estar das pessoas deve se sobrepor claramente às construções e aos edifícios. No entanto, e tendo em vista que é um documento exclusivamente técnico, o PS votará favoravelmente esse documento, sendo que esse também foi o entendimento dos Srs. Vereadores do PS na última reunião de Câmara.

O **Sr. Deputado Soares Pereira** que, após ter apresentando as respetivas saudações protocolares disse que, se o orçamento da autarquia era uma expressão em números das opções políticas, as contas são o escrutínio dessa atividade, isto é, são o espelho natural e objetivo da Gestão Municipal e servem sobretudo para informar os Municípios do nível de realização das previsões orçamentais e do cumprimento das políticas subjacentes a essas previsões. Já tinha sido dito que não só numa vertente técnica que as contas devem ser analisadas porque exatamente foram profissionais que as elaboraram, que as fiscalizam cuja competência já tinha sido demonstrada, aproveitando o momento para felicitar sobre esse trabalho. Não obstante, o Sr. Deputado salientou que, o que interessa verdadeiramente é o que transmitem os documentos de prestação de contas apresentadas, refletindo com muita clareza o aumento da taxa de execução orçamental com níveis até há poucos anos improváveis. Cerca de 80% a diminuição da dívida autarquia pelo quarto ano consecutivo, a continuidade da diminuição do prazo médio de pagamentos e a manutenção folgada da capacidade de financiamento e das disponibilidades de tesouraria.

Sobre a execução orçamental, a receita situa-se na ordem dos 78% e a despesa de 80%, sendo níveis excelentes de execução orçamental, demonstrativo do rigor na gestão autárquica, principalmente por serem alcançados sem revisões orçamentais.

Para além da diminuição da dívida em mais de um milhão de euros em 2013, denota-se também a continuidade da redução da dívida de curto prazo para valores cada vez mais sustentáveis, cerca de 1,9 milhões de euros, montante apenas superior às disponibilidade de tesouraria em cerca de 500 mil de euros, permitindo dessa forma uma melhoria inequívoca dos rácios de liquidez de curto prazo.

O prazo médio de pagamentos aos fornecedores diminuiu para 68 dias, sendo certo que muito à conta do programa de apoio à economia local de forma a satisfazer obrigação legal desse prazo se situar no limite dos noventa dias. Porém, a verdade é quem em 2009 o prazo estava em 281 dias e no fim das contas de 2012 já estava em 146 dias, o que mostra também que a referida diminuição não ocorreu apenas da imposição legal. Não existem dúvidas que as contas sustentadas refletem a melhoria substantiva na situação da autarquia e consolidam o caminho trilhado pelo executivo no seu reequilíbrio financeiro. Por último, e até por ser a única reserva que transita das contas de 2012 e apesar dos auditores afirmarem que não subsistem responsabilidades financeiras para o Município, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença que esclareça porque razão não foi possível quantificar um conjunto de operações com a empresa Águas do Noroeste referidos na reserva n.º7 da certificação legal de contas.

A **Sra Deputada Inês Ferreira**, que informou que apenas pretendia acrescentar alguma

informação adicional ao que tinha sido dito pelo orador antecedente.

Aquando da discussão do orçamento 2013, no fim da sua intervenção, citou: *acreditamos que este orçamento porque de rigor e de responsabilidade terá um grau de execução elevado*. Hoje, foi constado ao ser analisado o documento fornecido que a taxa de execução orçamental foi de 80%.

Em anos anteriores, era ouvido que obter uma taxa de execução de 70% já era muito bom. Nesse sentido, realçou: o que diriam hoje, ao ver os 80% apresentados.

Foi obtido um resultado líquido do exercício de meio milhão de euros, como tal, cabe congratular com a gestão de rigor mas também da ação que o executivo que V. Ex.^a Senhor Presidenta da Câmara Dr. Jorge Mendes lidera, adotando opções políticas que sustentam estratégias bem definidas para Valença e ao mesmo tempo lembrar a conjugação de sinergias de todos os colaboradores municipais na obtenção também destes objetivos.

De seguida, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença** que na posse da mesma informou que, em relação a algumas considerações que tinham sido feitas, não pretendia detalhar alguma em particular, mas sim, de forma global falar sobre as contas do Município. Como tinha sido dito e bem, as contas são um documento técnico elaborado pelos funcionários do Município e hoje apresentam um grau de especificação e também de explicitação dos valores. Situação que no passado não acontecia e para isso basta confirmar o relatório de contas de 2008 com o atual, sendo que este último além dos valores, explica o porquê desses valores. Esse facto é determinante na ajuda da interpretação a esse documento: quer em termos de gestão do Município, quer para a oposição, estratégia, fornecedores, empresas, como até, para a própria banca. Aliás esta última, tem estado atenta à evolução, o que consequentemente se traduz num maior interesse da mesma, como também de melhor relacionamento. Como tal, o referido documento, apesar de ser técnico, reflete opções políticas.

Foram bem explícitas no orçamento de 2009 que o Executivo tinha apresentado, não obstante de, em termos de fluxo de organização, existir alguma dispersão de informação. Após tomada de posse em Novembro de 2009, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou o facto de ter passado a existir o documento com as normas de pré - execução orçamental, ficando claro que em termos de candidatura e apesar de haver os eixos estratégicos que no fundo corresponderiam ao programa eleitoral, era necessário em termos de projeto atender à sua exequibilidade, sendo que, os projetos com maior índice de comparticipação tinham toda a atenção do Município, sendo que, em situação contrária, estariam os projetos com baixa comparticipação comunitária por isso não prioritários, pois a Câmara Municipal não tinha disponibilidade de assumir os valores que lhe corresponderiam numa eventual execução de obra.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal também referiu a necessidade de redução de despesas de funcionamento, pois havia um deficit de funcionamento corrente. Atualmente, existe um saldo corrente favorável que permite o financiamento de investimentos sendo que no passado a situação era contrária pois o funcionamento corrente da Câmara Municipal era financiado por empréstimos ou então, pelo recebimento de fundos comunitários que posteriormente serviam para que fosse efetuado o pagamento a fornecedores, não cumprindo as várias orientações da DGAL e do atual QREN. Por outro lado, também havia uma estrutura de custos que tinha de ser refeita para que fosse possível ao Município com aquilo que gera com as suas receitas próprias poder manter o seu funcionamento. A este respeito, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Município tinha 355 funcionários e atualmente são 300 funcionários com a inclusão de dois funcionários que por motivo diverso estavam adstritos noutros concelhos. Desta forma, o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que tinha conhecimento de que havia vários serviços que necessitavam de ter mais pessoal, mas no atual momento será necessário aceitar algumas limitações que são impostas sobre esta matéria. Realçou que era vital existir liquidez para ser possível abraçar

determinados investimentos fundamentais para o Concelho e, nesse sentido será fundamental um equilíbrio .

Quanto ao ano de 2013 não existiram mudanças em relação às anteriores linhas de atuação definidas, inclusive sendo um ano de eleições. Por isso é que atualmente existem obras que só no presente momento estão a decorrer. O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que para serem atingidos estes objetivos fundamentais foi necessário passar a dizer «não» a determinados projetos e com o tempo foi possível as pessoas terem consciência de que esse seria muitas vezes o melhor caminho para todos os intervenientes. Atualmente existe uma situação equilibrada mas o Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou a necessidade de haver consciência de que esse «conforto» por si só, não é uma garantia real, pois eventualmente pode haver o risco de alterações das múltiplas variáveis de enquadramento económico – financeiro e jurídico em relação ao quadro atual. A título de exemplo foi referida a situação em 2013 com o pagamento dos subsídios a todo pessoal, os quais não se encontravam previstos no orçamento aprovado para esse ano, sendo que, esse valor representou cerca de trezentos e setenta mil euros.

Uma outra questão relaciona-se com o saneamento e a questão do lixo. Mais saneamento implica mais rede, mais afluente e mais taxa a pagar à empresa Águas do Noroeste, sendo que as contas do saneamento tiveram um agravamento considerável.

Por sua vez no lixo existe um deficit de exploração elevado, cerca de vinte mil euros/ano, que obrigatoriamente será necessário encontrar reequilíbrio com o objetivo de não prejudicar outras contas ou projetos. O Senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que o pagamento da água nas estações de tratamento considera toda a água que é recebida pelas estações ou seja, inclui águas pluviais infiltradas no saneamento, águas das caleiras, etc. Nesse sentido, tem havido o cuidado de se falar com as pessoas mais ainda há a necessidade de ser realizado muito trabalho sobre essa matéria e, como tal, existe um deficit de exploração. Desta forma foi realçado que a estratégia passará por serem regrados na admissão de pessoal e sobre essa matéria e no que diz respeito às escolas, os assistentes operacionais que apoiam provenientes do centro de emprego, faz com que exista um rácio de funcionário por aluno superior em 30% aos rácios indicativos do Ministério da educação, havendo a desvantagem a esse nível de não estarem as escolas integradas. Dessa forma, salientou que a estratégia assumida em 2009 teve alguns efeitos em 2010 e neste momento está materializada. Será pelo conjunto desses fatores que se está a pagar aos fornecedores do Município a 66 dias, havendo em média um milhão e meio de euros nos bancos. Não obstante, referiu que essa situação não implica uma total zona de «conforto». Como tal, o rigor que implementaram em 2009 até ao presente momento, as estratégias financeira e operacional definida para o funcionamento da Câmara Municipal de Valença em termos de manter uma estrutura o mais ligeira possível com o melhor cuidado na prestação de serviços será fundamental. Não obstante, existem projetos que também estão globalizados na estratégia para Valença sendo que, a esse nível existirá o recurso a fundos comunitários e um outro projeto com fundos próprios.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou ainda que será necessário nos próximos anos ter muito cuidado com alguns sectores, encontrando-se preocupado com a privatização do aterro sanitário, não pela existência de um operador privado mas sim o tipo de operador, podendo mesmo albergar outro tipo de serviços o que eventualmente implicará um monopólio verticalizado, retirando ao Município poder negocial.

Salientou ainda que existe uma proposta de aquisição de 12,5 Euros por cada ação que o Município tem na ValorMinho – sendo um valor de venda aliciente, porem, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença desde já manifestou a sua não vontade de vender. Também foi dito que, toda essa matéria estará sempre sujeita à respetiva apreciação dos Órgãos porem, o Município de Valença tem todo o interesse em manter a sua quota e o seu lugar no Conselho de Administração que há muito tempo se faz representar pelo Eng.º Vítor Araújo. Relativamente à concessão da água,

encontra-se preocupado que a margem financeira existente do Município seja absorvida pela empresa das Águas do Noroeste. De facto, atualmente existe um litígio entre a referida empresa e o Município e devido a esse fator não existe incumprimento, porque existem dívidas de ambas as partes. Por esse motivo existe a respetiva reserva no relatório de contas, situação que já estava presente noutros anos, representando um resultado nulo. O Senhor Presidente da Câmara Municipal ainda referiu que havendo acordo entre os dois intervenientes será importante a empresa não ficar com a exclusividade do fornecimento de água em alta pois, caso essa situação se verifique poderá ao longo do tempo ser um prejuízo muito elevado para o Município. Existem mais municípios em situação semelhante e o objetivo passará por não ficar a referida empresa com o exclusivo do fornecimento em alta, numa futura empresa fundida: Águas do Norte.

O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu a intervenção efetuada e de seguida abriu inscrições para a segunda ronda, verificando-se que dos Srs. Deputados Municipais inicialmente inscritos apenas o **Sr. Deputado Rui Ferreira** pretendeu intervir, referindo-se ao facto de ser necessário admitir que a situação económica – financeira da Câmara Municipal de Valença e nesse sentido felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença pela sua gestão. Quanto à freguesia de Fontoura salientou que o tinha sido dito pelo Senhor Presidente e bem, particularmente por ter referido que Fontoura não é só a Junta de freguesia. De facto existem muitas coletividades, muita gente que trabalha para comunidade. Referiu-se ainda á formação académica do Senhor Presidente da Câmara Municipal e salientou que como tal, em Fontoura há mérito, pelo que tem que ser incentivada, reconhecida e recompensada.

Após esta intervenção, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença que referiu que a situação financeira que o mais preocupa é sempre a de curto prazo. Existem de facto empréstimos, alguns com mais de vinte anos e, ao longo do tempo esses valores em dívida são amortizados. Salientou ainda que o ano de 2010 foi complicado e na altura ainda não se falava de crise nos termos hoje conhecidos. Para responder a esse desafio, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que os Municípios tiveram capacidade para se organizarem de forma a conseguirem responder a um quadro mais limitativo a nível orçamental, com a agravante de existir um corte em cima de corte. Desta forma, salientou todo o trabalho realizado, endereçando palavras de apreço aos funcionários e chefias, da autarquia.

O Senhor Presidente da Câmara também reconheceu que às vezes existem orientações que não são muito populares, mas apesar de todos os equilíbrios conseguidos, será sempre importante não esquecer que existe uma dependência do Governo. Também disse que as receitas próprias do Município representam cerca de 35% do total e no caso de Valença verifica-se dependência em relação à atual conjuntura. Isto porque, não havendo loteamentos não existem taxas sobre a construção que representam um universo de receita muito significativo.

Quanto ao IMT, este imposto praticamente deixou de existir o qual representava a maior fonte de receitas dos anos noventa no Município.

No que diz respeito ao IMI de facto é a principal fonte de receita indireta mas não teve a subida que era expectável. Havia projeção da ANMP e finanças que apontavam para um aumento do IMI em Valença para um milhão e seiscentos mil euros e ficou aquém desse valor. Valença foi um dos conselhos do distrito de Viana do Castelo que menos aumento do IMI teve, apenas cerca de 3%, enquanto a maior parte dos municípios tiveram 20% e mesmo 30%, sobretudo os mais rurais.

Sobre essa matéria a explicação poderá ser encontrada no facto do cadastro do Concelho estar mais atualizado. Para o presente ano é esperado uma melhoria ligeira mas sendo necessário aguardar pelo resultado final. Por sua vez, tem havido a agradável surpresa no comportamento do IUC – Imposto único de circulação. Este imposto tem sido interessante e cada vez mais tenderá a

ser uma receita importante para o Município e cada vez será mais importante. Sobre esta matéria o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que em contacto havido com uma empresa transportadora para se instalar em Valença, estaria disposto apresentar em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal uma proposta para venda de lote de terreno que, com a devida salvaguarda para o Município seria praticamente a custo zero, isto porque, pela frota que essa empresa tinha representaria para o Município cerca de cem mil euros anuais de IUC. Pelo facto do Concelho onde essa empresa estava instalada ter apresentado uma contra proposta e por já ter as respetivas infraestruturas da sua atividade construídas, acabou por não optar por Valença. Assim, foi salientado a importância de analisar determinadas situações com muito detalhe e rigor pois poderão significar ganhos para o Município muito significativos.

Por último, foi salientado que, com a nova lei das finanças locais, não vão ser transferidas mais verbas para os Municípios, havendo mais verbas para as freguesias, particularmente através do IMI rústico e uma parte urbano. Das receitas próprias, a feira está com a receita normalizada, quanto à venda de serviços, em particular a água também se encontra nos patamares normais, não sendo expectável um grande aumento. Desta forma realçou que terá que ser feito algum ajustamento em relação ao lixo: deverá haver menos lixo no «lixo» o que implicará menos triagem e reciclagem.

Por sua vez, deverá haver ajustamento gradual no respetivo tarifário e, provavelmente indexados ao consumo de água, sendo esta situação também contraditória em termos de receita para o Município porque existem pessoas que têm captação própria. Nesse sentido salientou a importância de ser estudada e ponderada toda esta matéria.

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação que, num universo de 30 votantes, foi verificado o resultado seguinte:

Votos Contra: 0 (zero) - **Abstenção:** 1(um); **Votos a Favor:** 29 (vinte e nove).

Desta forma foi a Prestação de Contas referentes ao Ano de 2013 **aprovados por maioria.**

No seguimento da Sessão, o **Sr. Presidente da Mesa** passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

3º PONTO – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA EXTERNA DAS CONTAS DO MUNICÍPIO – RETIFICAÇÃO

O **Sr. Presidente da Mesa**, considerou dado o presente ponto ser relativo a uma matéria recorrente, seria razoável inverter a ordem natural de discussão e que a mesma fosse apresentada inicialmente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Por haver concordância do Plenário sobre a situação apresentada, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que na posse da mesma referiu que pelo facto existir uma empresa intermunicipal, obrigatoriamente o Município tem que ter um ROC – Revisor Oficial de Contas. Desta forma, a celebração do respetivo contrato de prestação de serviços carece da apreciação e deliberação da Assembleia Municipal. Não obstante, referiu que será sempre importante o Município ter Revisor Oficial de Contas por uma questão de fiscalização e credibilização, sendo uma mais-valia também para terceiros.

Após a referida intervenção e não havendo Membros inscritos para a respetiva discussão, o Sr. Presidente da Mesa comunicou que estavam as condições reunidas para colocar o referido ponto à votação que, num universo de 29 votantes teve o resultado seguinte: **Votos contra:** 0 (Zero); **Abstenção:** 0 (Zero); **Votos a favor:** 29 (vinte e nove) pelo que o ponto: **Celebração de contrato de prestação de serviços para auditoria externa das contas do Município – Retificação**, foi

aprovado por unanimidade.

No prosseguimento da Sessão, o Sr. Presidente da Mesa passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

4º PONTO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE S. JULIÃO E SILVA E À UNIÃO DE FREGUESIAS DE GANDRA E TALÃO

Relativamente ao presente ponto da ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que na Reunião da Comissão Permanente presidida pelo Sr. 1º Secretário, tinha sido acordado com os líderes dos Grupos Municipais que os dois subsídios seriam discutidos ao mesmo tempo mas votados separadamente.

Após referida introdução e aberto período de inscrição, verificaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Deputado Francisco Romeu** informou relativamente ao presente ponto, que o Grupo Municipal da União de Freguesias era favorável e será sempre favorável a qualquer subsídio a ser atribuído às Juntas, pois ao contrário do que às vezes pode ser pensado, o Executivo Camarário trata as freguesias de maneira igual, não havendo tipo de preferências.

O **Sr. Deputado Óscar Silva** referiu que o assunto em questão não suscitaria qualquer dúvida mas no entanto, existiu uma continuação de erros na ata em minuta da última Reunião da Câmara Municipal. Tinha sido feita alusão à freguesia de S. Julião sendo que, atualmente, essa freguesia não tem capacidade jurídica e como tal, no Concelho de Valença apenas existe a União de Freguesias de S. Julião e Silva e essa denominação era o que deveria constar na referida ata em minuta, como também no documento que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença enviou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal no qual constava a introdução dos pontos da presente Sessão.

Nesse sentido, propôs que o referido ponto fosse retirado e posteriormente corrigido para ser sujeito à apreciação e deliberação na próxima Sessão da Assembleia Municipal.

No prosseguimento da Sessão, o Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** que referiu que o mais importante do que estar com subtilezas, são os subsídios serem atribuídos às freguesias. O caso da freguesia de S. Julião, refere-se a uma aprovação em Reunião de Câmara de seis de novembro de 2013 pelo que, nessa altura, ainda não estava formalizada a União de Freguesias. Não obstante, se for detetado pelos serviços que efetivamente existe algum tipo de problema, corrigir-se-á.

O **Sr. Presidente da Mesa** informou que considerava possível ultrapassar a referida questão, até porque a Comissão Permanente a tinha detetado e, na convocatória, tinha sido expresso atribuição do subsídio à União de Freguesias de S. Julião e Silva. Por sua vez, também salientou que era verificado que a decisão tinha sido em novembro de 2013 e nesse período, de facto, existia a Junta de Freguesia de S. Julião. Desta forma, considerou que poderia ser apontado como erro facilmente corrigível, sendo facilmente entendido, que se trataria da União de Freguesias de S. Julião e Silva pelo que a Sessão deveria prosseguir com os seus trabalhos, não obstante de ter salientado a importância de que toda documentação não deve suscitar qualquer tipo de dúvida no processo de apreciação e discussão em Assembleia Municipal.

Assim e de acordo com a convocatória, o que estava em causa era a atribuição de um

subsídio de mil e quinhentos euros à União de Freguesia de S. Julião e Silva e um outro subsídio de vinte e cinco mil euros à União de Freguesia de Gandra e Taião. Desta forma, considerou que existiam condições para colocar à votação e caso assim fosse entendido. Desta forma perguntou aos Membros que tinham realizado as suas intervenções, se pretendiam utilizar a prerrogativa da réplica pelo que o **Sr. Deputado Óscar Silva** na posse da sua palavra, disse que o Grupo Municipal do PS iria aceitar a sugestão do Sr. Presidente da Mesa e votará favoravelmente a atribuição dos referidos subsídios às mencionadas duas uniões de freguesia. Não obstante, gostaria que constasse em ata que o Grupo Municipal do PS manifesta o seu desacordo relativamente ao erro cometido na ata da Reunião de Câmara.

O **Sr. Presidente da Mesa** agradeceu e disse que ficaria registado em ata esse registo por parte do Sr. Deputado Óscar Silva.

Neste sentido e conforme acordado foi colocado à votação um subsídio de mil e quinhentos euros à atual União de Freguesia de S. Julião e Silva que, num universo de 30 votantes, teve o resultado seguinte: **Votos Contra:0** (zero); **Abstenções: 0** (zero), **Votos a Favor: 30** (trinta), pelo que foi **aprovado por unanimidade**.

De seguida e também conforme acordado foi colocado à votação um subsídio de vinte e dois mil e quinhentos euros à atual União de Freguesias de Gandra e Taião que num universo de 30 votantes teve o resultado seguinte: **Votos Contra:0** (zero); **Abstenções: 0** (zero), **Votos a Favor: 30** (trinta) pelo que foi **aprovado por unanimidade**.

No prosseguimento da Sessão, o Sr. Presidente da Mesa passou ao seguinte ponto da ordem de trabalhos.

5º PONTO – ELEIÇÃO DOS JUÍZES SOCIAIS.

Relativamente ao presente ponto da ordem de trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que, de acordo com a Lei 156/78 de 30 de junho compete à Câmara Municipal de Valença apresentar uma lista de Juizes Sociais e, para a sua elaboração, pode pedir ajuda a instituições públicas ou privadas desta área. Desta forma, o Sr. Presidente da Mesa informou que a Câmara Municipal de Valença tinha aprovado na última Reunião uma determinada lista, constituída pelas Senhoras e Senhores Valencianos: Ofélia Barbosa; Inês Rita Ferreira; Teresa Presa e Jorge Moura, presentemente a ser sujeita à análise e deliberação da Assembleia Municipal.

Com esta contextualização, o Plenário foi informado que o sistema de voto seria secreto e chamado individualmente cada Membro para votar no referido ato eleitoral. Foi uma lista designada por Lista A e explicou de seguida o conteúdo do boletim de voto.

Aberto o período de inscrição, verificou-se apenas a inscrição da **Sra. Deputada Aurélia Correia** que na posse da sua palavra, referiu que o Grupo Municipal do PSD propõem a lista apresentada pela Câmara Municipal de Valença, pois é reconhecido que as pessoas que fazem parte da lista, são pessoas com conhecimento, idóneas e têm bastante interesse na intervenção das áreas das crianças e dos jovens em perigo.

No prosseguimento, o Sr. Presidente de Mesa deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valença** que na posse da mesma, informou que o que está subjacente é um processo muito simples: o Tribunal tinha pedido a atribuição de nomes, pelo que foi solicitado que a comissão alargada da CPCJ deliberasse sobre essa matéria. Neste sentido, o resultado dessa deliberação, foi remetido à Reunião da Câmara Municipal para ser sujeita a aprovação e, posteriormente, remetido para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal de Valença.

Pelo facto da Sra Deputada Aurélia Correia não pretender recorrer à prerrogativa de réplica, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que existiam condições para ser iniciado a distribuição dos

boletins de voto. Após todos os Membros terem votado, foi iniciado o processo de contagem, verificando-se o resultado seguinte dos trinta boletins de voto que tinham entrado na urna: **Votos Contra: 2** (dois); **Votos em Branco: 5** (cinco); **Votos a Favor: 23** (vinte e três), pelo que a Lista A com os referidos valencianos foi **aprovada por maioria**.

No prosseguimento da Sessão, o **Sr. Presidente da Mesa** informou que todos os pontos da ordem de trabalho tinham sido discutidos e deliberados, pelo que existiam as condições para colocar a ata em Minuta sobre os pontos deliberados ao longo da presente Sessão.

Assim e com esta contextualização, o **Sr. Presidente da Mesa** solicitou a respetiva leitura da ata em minuta ao Sr. Primeiro Secretário que, finda a mesma e colocada à votação, num universo de 30 votantes foi verificado o resultado seguinte:

Votos contra: 0 (Zero); Abstenções: 0 (zero) ; Votos a favor: 30 (trinta) pelo que **foi aprovado por unanimidade a Ata em Minuta relativa à ordem de trabalhos da presente Sessão**.

Desta forma, o Presidente da Mesa, comunicou que os trabalhos estavam encerrados agradeceu a colaboração que todos os Membros tiveram com a Mesa na realização da presente Sessão e despediu-se com os respetivos cumprimentos protocolares.

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente Ata, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal Alberto Luís de Oliveira Vilas** e pelo funcionário que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Secretário de Apoio à Assembleia Municipal

(Alberto Luís de Oliveira Vilas)

(Eugénio Manuel A. S. Domingues)